

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO TRINTA E CINCO** -----

----- No dia 16 de Setembro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e pela Excelentíssima Senhora Dr^a. Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, José

Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Francisco Carlos Jesus Vasconcelos Maia, João Manuel Sousa Santos Reis, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Adolfo Miguel Batista Mesquita Nunes, António Manuel Passos Rapoula, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Sérgio Rui Lopes Cintra, Domingos Dores Rosa Estanislau, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Jaime Salomão Alves, Flávio de Freitas Rodrigues da Fonte, Manuel Filipe Correia de Araújo, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Isabel Maria de Almeida e Castro, João Pedro Saldanha Serra, José das Neves Godinho, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Filipe Correia Araújo, Orlando Bento Antunes Claro e Ricardo Posser de Andrade Chaves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Manuel Filipe Correia de Araújo. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por 30 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 20 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- Feliciano David (PCP), por 20 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Santos Reis. -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por um dia, sendo substituída pelo Deputado Municipal Francisco Vasconcelos Maia. -----

----- António Dias Baptista (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), por 60 dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- João Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Rodrigues Fonte. -----

----- Ana Bela Pires Marques (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia do de santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias (PSD), relativamente à presente reunião. -----

----- Bruno Rolo (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Ramiro Nelson (PCP), relativamente às reuniões realizadas nos 1, 8 e 22 de Julho de 2003. -----

----- Isabel Castro (PEV), relativamente à reunião realizada no dia 22 de Julho de 2003. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Abel Joaquim Moreira**, apartado 223 – 2745 Queluz, disse que no próximo dia 25 fazia um ano que aconteceu consigo um incidente provocado numa reunião da Câmara pelo Sr. Presidente, em relação ao Centro Comercial Libersil, incidente esse que foi provocado para ajudar a encobrir os tais graves problemas que estavam por detrás desse assunto, e novamente estava na Assembleia Municipal insistindo para saber o que se passava e perguntar até quando iriam enrolar com isso. -

----- Aliás, figuras ligadas ao problema já estavam a ser transferidas de cargos do Governo, a matéria continuava a decorrer nos tribunais, iam ampliando mas ninguém resolvia nada, ninguém assumia as suas responsabilidades, quando, efectivamente, havia responsabilidades da parte da Câmara, a Câmara em vez de ajudar a resolver ainda criava mais problemas, e isso, a seu ver, não era a postura certa para se administrar um país. -----

----- Disse, ainda, que mais uma vez desejava registar o comportamento do Sr. Presidente da Câmara que continuava a não permitir que as pessoas se inscrevessem para apresentarem os seus problemas nas reuniões públicas da Câmara. Já sabia que a Assembleia Municipal fez uma moção relativamente a essa matéria, mas continuava a não haver resposta. Ou seja, estavam ali a pôr problemas para debaixo do tapete, iam passando os anos, e nada! -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Assembleia não punha problemas para debaixo do tapete. Feitas as intervenções pelos munícipes elas eram sempre enviadas à Câmara Municipal, depois a Assembleia recebia as respostas e informava-os dessas mesmas respostas. -----

----- **O Sr. Carlos Jorge Santos Pereira**, falando na qualidade de Presidente do Ginásio do Alto do Pina, com sede na Rua Barão Sabrosa, 93-97, Lisboa, instituição fundada em 11 de Novembro de 1911, disse que já foram grandes no ciclismo, campeões ibéricos de ténis de mesa, o primeiro lugar do festival do SNI em teatro,

organização da marcha popular do Alto do Pina, e em atletismo serviam colectividades como o Benfica e o Sporting. -----

----- No entanto, desde há alguns anos a esta parte o Ginásio do Alto do Pina tem visto as suas instalações a degradar-se, pese embora ultimamente a imprensa os tenha ajudado bastante na divulgação de uma situação que a Sra. Vereadora Margarida Magalhães lhes criou há alguns anos atrás e em relação à qual a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão fazia agora olhos de cega e ouvidos de surda. -----

----- Disse que este ano já enviaram seis cartas ao Sr. Presidente da Câmara para os receber, como também à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, e até hoje não obtiveram quaisquer resposta. Contudo, soube esta semana que o Sr. Presidente da Câmara despachou para o Sr. Vereador Pedro Feist – que é o único que tem acompanhado o processo desde o primeiro dia – a alteração necessária para que se pudesse fazer alguma coisa quanto ao Ginásio do Alto do Pina. -----

----- Disse, ainda, que no dia 23 do passado mês de Agosto as instalações pioraram, e muito, uma vez que ruiu parte do tecto, como certamente era do conhecimento da Assembleia já que a matéria tem sido divulgada na comunicação social. -----

----- Referiu que não tinham qualquer resposta da Câmara, a não ser que a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt mandara lá a Protecção Civil, a qual interditara a colectividade, nomeadamente as áreas da Direcção e do salão. Aliás, se não fosse à Rebel já nem colectividade tinham! -----

----- Fizeram uma exposição ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que inclusivamente os informou que podiam pôr o problema numa reunião da Assembleia, e a única coisa que exigiam era que respeitassem a colectividade – que dentro de oito anos seria centenária – pelo muito que ela tem feito em prol das colectividades da Cidade de Lisboa, e que esta questão, que há dez anos se arrastava, fosse de uma vez por todas resolvida. -----

----- Continuando, disse que tinham um outro problema que também se arrastava há dez anos, e que era o seguinte. Por proposta do Sr. Vereador Luís Simões foi-lhes cedido o terreno municipal do Lavadouro Bulhão Pato, mas apesar disso ter saído em Março de 1994 no Diário da República, até hoje a Câmara ainda não lhes passara o direito sobre esse terreno. Já pediu reuniões a todos os gabinetes da Vereação, mas até ao momento o único com quem reunira foi com o PCP. É triste, mas era verdade! -----

----- Por fim, disse que queria ressaltar o Sr. Vereador Pedro Feist porque os seus assessores várias vezes têm tido reuniões com a Direcção do Ginásio do Alto do Pina, assim como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João, que, tal como o anterior, os acompanhava diariamente na resolução desses problemas, como, de resto, todo o Executivo da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que teve ocasião de estar no aniversário da colectividade com a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt e observaram, de facto, as más condições da sede. Mas o mais que podiam fazer era incentivar à resolução desse problema numa colectividade que servia a população local. -----

----- **O Sr. Fernando Caeiro Leiria**, morador nas Escolas Gerais, n.º 52, disse que tem um estabelecimento de restauração nas Escolas Gerais onde ruíra um prédio que

estava devoluto, ficando a rua interdito ao trânsito e praticamente às pessoas, pelo que, se calhar, teria que fechar o estabelecimento, pelo menos enquanto demorarem as obras, que não sabia quanto tempo iriam demorar. O negócio em si já está mau, mas se tiver que fechar as portas não sabe como irá subsistir com a sua mulher. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a exposição seria enviada à Câmara e posteriormente seria dada resposta. -----

----- **A Sra. D. Maria Cristina Anastácio Otero**, moradora nas Rua Barão Sabrosa, 103-A, porta 7, Pátio Vila Alegre, Lisboa, disse que a casa que habita é propriedade da Câmara Municipal de Lisboa e que mora ali, provisoriamente, há 39 anos. -----

----- Disse, depois, que a casa está completamente degradada, está toda a cair, há 30 anos que anda a pedir uma casa em condições, mas ainda não obteve qualquer resposta nesse sentido. Por isso, resolveu vir pôr a questão à Assembleia Municipal para ver se conseguia que lhe dessem uma resposta concreta: se era para ir abaixo ou se lhe iam fazer obras, porque eram nove pessoas a viver dentro dessa casa sem o mínimo de condições, praticamente sem casa de banho, a conviver com ratos, com osgas, com lagartos e outro tipo de bichos que por ali havia. -----

----- **O Sr. Paulo Macedo**, morador na Rua Álvaro Benamor, edifício D1, 1º B 1600-425 Lisboa, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver com o empreendimento EPUL Jovem, mandado construir pela Câmara Municipal na Quinta dos Barros. Esse empreendimento previa uma avenida larga com quatro faixas de circulação, que neste momento se encontrava bloqueada por blocos de cimento, os quais apenas foram colocados após a venda de todas as 48 lojas do empreendimento. -----

----- Ora, como era fácil de ver, houve uma especulação e um logro a quem comprara aquelas lojas, porquanto foi criada a expectativa de um bom negócio ou de locais que seriam de fácil comercialização, mas neste momento não passava de um beco. -----

----- Disse que já foram feitas diligências junto das entidades competentes, com excepção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de desbloquear a situação, porque a avenida encontrava-se com umas cancelas de arame facilmente amovíveis a mão indicando que seria aberta ao trânsito a breve trecho, mas, posteriormente, quando começou a haver movimentação por parte dos proprietários das lojas, houve então a decisão de bloquear a rua no topo sul com a argumentação da falta de segurança para quem lá passava. -----

----- Neste momento existiam situações financeiras bastante más por parte de quem ali investira dinheiro porque não conseguiam obter rentabilização dos espaços, portanto era uma solução muito desgostosa para todos pelo que pediam que alguém da Assembleia com capacidade para intervir fizesse pressão junto das entidades competentes para desbloquear a situação. -----

----- Disse, ainda, que entretanto houve um projecto aprovado para a instalação de semáforos no topo sul da avenida por forma a poder dar sequência à sua abertura, mas esse projecto foi depois reprovado no Departamento de Obras por se tratar de um projecto provisório, e tanto quanto lhe tinha sido dado a conhecer por parte do Sr. Engº Mouzinho, Director desse Departamento, já estaria aprovado um projecto para uma rotunda para viabilizar a abertura da avenida ao trânsito. -----

----- Porém, já hoje à tarde soube que iam abrir um concurso público para aquela obra. Só que, como a Assembleia sabia melhor do que ele, se fosse aberto um concurso público provavelmente daqui a dois anos continuavam com a mesma situação. -----

----- Terminou dizendo que era bom que a questão se resolvesse, não só a bem das pessoas que ali investiram porque foram de alguma forma enganadas, mas também a bem da cidade porque se tratava de um projecto que iria melhorar o trânsito proveniente da Praça de Espanha em direcção ao eixo Norte/Sul e à Segunda Circular.

----- **O Senhor Presidente**, depois de agradecer a contribuição dada pelo munícipe, disse que a Câmara com certeza tomara devida nota da intervenção, mas, de qualquer maneira, a Assembleia enviar-lha-ia e posteriormente daria conhecimento da resposta que obtivesse. -----

----- **O Sr. Jorge Manuel Fernandes Rodrigues**, morador na Travessa do Raposo, 2 A, 1100-426, Lisboa, falando em nome da Cooperativa da Habitação – Colina Jovem, leu a seguinte exposição sobre o imóvel das Escolas Gerais, n.º 31. -----

----- “A 11 de Fevereiro de 2003, foi esta cooperativa notificada pelo Ofício n.º 0196/GVHC/03, datado de 10 de Fevereiro de 2003, da decisão da Câmara por intermédio da Sr.a Vereadora do Pelouro da Habitação Dr.a Helena Lopes da Costa, em exercer o direito de reversão do nosso edifício da' Escola Gerais, 31, com a consequente posse administrativa do prédio em causa. -----

----- No passado dia 20 de Março, tivemos conhecimento pela comunicação social de uma proposta levada a Reunião de Câmara pela mesma Sra. Vereadora, onde pretendia fazer reverter para a posse da CML o direito de superfície do imóvel anteriormente citado, e pertença desta cooperativa. -----

----- Tais decisões por nós inicialmente contestadas, receberam de seguida e em face da observância da política dos actuais órgãos executivos da CML, um tratamento que nos levou a 30 de Junho de 2003, a comunicar por carta registada com aviso de recepção, à Exma. Vereadora, a nossa aceitação da reversão do Direito de Superfície do imóvel anteriormente citado. -----

----- Até hoje, não obtivemos por qualquer via, qualquer resposta. -----

----- Tal situação de inércia e incúria relativamente ao referido assunto, teve como consequência de, por um lado não ter permitido reconstruir um imóvel degradado da nossa cidade, e recentemente o abatimento de todo o seu interior e consequente interrupção do trânsito automóvel, pelos perigos e falta de segurança que o prédio acarreta. -----

----- Temos consciência, que face à vontade férrea demonstrada pela CML na pessoa da Sra. Vereadora em retirar-nos o prédio, e pela vontade do actual Executivo da CML, demonstrada ao longo destes 19 meses, tomámos as seguintes decisões que à falta de diálogo com a Sra. Vereadora, de seguida comunicamos: -----

Tendo em conta os intentos da CML denunciados pelos seus recentes actos, comunicamos mais uma vez a nossa aceitação da reversão do direito de superfície do imóvel das Escolas Gerais, 31; -----

----- Que a mesma se faça de forma célere, tendo em conta o perigo de derrocada que o referido imóvel apresenta, e que actualmente a Colina Jovem, por ter perdido grande parte dos cooperantes interessados, já não tem capacidade para reconstruir. -----

----- Há seis anos, fomos instigados pela CML e pelas Juntas de Freguesia de forma a criarmos esta cooperativa, o que tendo em conta os princípios e fundamentos de tal ideia, nos pareciam nobres e úteis às zonas onde crescemos e vivemos largos anos: É assim com profunda tristeza, que hoje tomamos esta decisão, que não é mais do que aceitar a vontade dos actuais autarcas desta cidade.” -----

----- Finda a leitura da exposição acrescentou, ainda, que onde hoje podiam estar treze famílias a morar, estava agora um prédio caído no chão. -----

----- **O Sr. Vítor Manuel Correia da Silva**, morador na Rua da Atalaia, 99 – 1º, falando na qualidade de Presidente da Direcção do Lisboa Clube Rio de Janeiro, colectividade sediada no Bairro Alto, disse que há algum tempo fecharam a área circundante do bairro, a colectividade tinha uma carrinha na qual transportava os seus atletas e materiais desportivos, mas não tinham acesso à área do Bairro Alto porque queriam atribuir à colectividade o dístico de comerciante. -----

----- E porque se tratava de uma colectividade e não de um estabelecimento comercial, insurgiram-se contra essa situação, fizeram diversos contactos através da EMEL e outras entidades, as quais respondiam dizendo sempre a mesma coisa, isto é, que só poderiam ter o dístico de comerciante. -----

----- Portanto, tratando-se de uma colectividade que para além de servir a população do Bairro Alto servia também a comunidade da Cidade de Lisboa, vinha pedir a intervenção da Assembleia no sentido de ajudar a resolver esta situação, porque sistematicamente a carrinha era rebocada, já estava há cerca de um mês no parque da EMEL e não havia ninguém que a quisesse levantar porque a pessoa que o fizer passará a ter no cadastro pessoal essa situação. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto exposto). -----

----- **O Senhor Presidente** disse que saudava particularmente as colectividades de Lisboa porquanto começavam a aprender o caminho da Assembleia Municipal para exporem estas questões, e neste caso concreto a Assembleia daria seguimento à exposição. -----

----- **A Sra. D. Maria Júlia Coelho**, moradora na Travessa do Cascão, n.º 9 – 1º dtº 1500-148 Carnide, Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “No passado dia 3 de Julho os Encarregados de Educação dos utentes do Instituto Adolfo Coelho, em Carnide, foram surpreendidos com uma convocatória para uma reunião para o dia seguinte. Nessa reunião foi-nos comunicado que os nossos filhos iriam ser transferidos para uma outra instituição e que deixariam de beneficiar do Instituto Adolfo Coelho. Não nos foi dada qualquer alternativa ou hipótese de negociação pois o novo espaço é mais pequeno e nele já se encontram mais 60 utentes. -----

----- A decisão que foi tomada unilateralmente pelo Senhor Director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, Dr. Carlos Andrade, deixou toda a comunidade educativa surpreendida e revoltada com a situação. Há vários anos

que nós, pais, a Junta de Freguesia de Carnide e outras instituições locais temos tentado junto da Segurança Social encontrar uma solução para uma melhor rentabilização da Quinta e para a recuperação das instalações. Nunca a Segurança Social mostrou grande entusiasmo no projecto e foi ano após ano desinvestindo no Instituto. -----

----- Até ontem o Instituto Adolfo Coelho dava resposta a 35 jovens e adultos portadores de deficiência que ali passavam os seus dias em actividades ocupacionais num espaço com as melhores condições para o efeito. -----

----- Nós, Encarregados de Educação, não nos conformamos com esta decisão e desde logo formamos uma Comissão que desde a primeira hora contou com o apoio da Junta de Freguesia de Carnide. -----

----- Para nós é inaceitável acabar com o Instituto Adolfo Coelho e passar a gestão da Quinta para mãos privadas. A Quinta tem todas as condições para receber novas valências mas nunca excluir daquele espaço os 35 utentes muitos deles que se encontram na instituição há mais de 20 anos. -----

----- Os Encarregados de Educação, apesar de sabermos que este assunto não é da competência directa do Município, apelamos à vossa ajuda e à vossa intervenção no sentido de nos ajudarem a manter em funcionamento o Instituto Adolfo Coelho. -----

----- Em pleno ano Europeu da Pessoa Deficiente a Cidade de Lisboa corre o risco de ver fechadas as portas de uma importante instituição de apoio à pessoa portadoras de deficiência. -----

----- Apelamos à vossa intervenção e solicitamos o interesse desta Assembleia através da sua Comissão de Intervenção Social. Gostávamos de poder contar convosco nesta luta para o bem estar dos nossos filhos. -----

----- Na falta dos pais destes jovens o nosso País não dá resposta, portanto os nossos filhos irão ficar ao abandono. -----

----- Gostaria de perguntar, Senhores Deputados, como se sentiriam se tivessem um filho assim.” -----

----- **O Sr. Francisco Bernardo Cova Coelho**, morador na Rua Prista Monteiro, n.º 13 – 4º C, 1600 Lisboa, disse que falava em representação de um morador da chamada EPUL Jovem 2, Quinta do Castanheiro, em Telheiras, e, não formalmente mas em espírito, também em representação dos demais proprietários. -----

----- Disse, então, que os actuais proprietários dos fogos, no total 252 titulares representando algumas centenas de munícipes, candidataram-se, por sorteio público realizado em 1997, pela EPUL, à aquisição de fogos destinados a jovens ao abrigo de um programa especial de habitação. Nas informações transmitidas, aquando do processo de concurso, para além de se indicarem os preços e demais condições fixaram-se também como data de entrega dos apartamentos o mês de Novembro de 1998. No entanto, o atraso no processo de entrega dos fogos foi enorme de forma a que os contratos/promessa que previam a data de 28 de Fevereiro para realização das escrituras vieram só a consumir-se em contratos feitos no primeiro trimestre de 2001, ou seja, cerca de dois anos e meio após a previsão inicial da EPUL. -----

----- Perante tão prolongado atraso, eram óbvios os inconvenientes, particularmente de ordem financeira, que os candidatos entretanto tiveram que suportar perante as entidades bancárias, e isso foi reconhecido noutros empreendimentos do mesmo programa EPUL Jovem, na mesma rua, nos chamados lotes 12 e 13, de tal maneira que nas escrituras ficara consignada uma limitação de venda por um prazo de cinco anos no caso a que se reportava, enquanto que nos 268 fogos situados na mesma rua, cujas escrituras se realizaram um ano depois, esse prazo tinha sido reduzido para três anos. -----

----- Disse, depois, que a Comissão de Moradores, em 2001, perante a injustiça da situação, desenvolvera diligências junto da anterior Presidência da Câmara e da própria presidência da EPUL tendo sido aceite, verbalmente, que era razoável a redução do prazo de cinco para três anos, ficando-se de formalizar essa alteração em *demarches* de natureza formal. Só que, até ao momento, a situação permanecia como estava, e de tal maneira que em Maio a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana da Assembleia Municipal apresentara uma recomendação no sentido da Câmara repôr a igualdade aos titulares dos 252 fogos situados na Rua Prista Monteiro para que a presidência da EPUL revisse essa injustiça e procedesse à reparação da situação e, portanto, se concretizasse a redução do prazo de reserva de venda dos fogos de cinco para três anos a contar das escrituras, tal como, aliás, o fez para outros empreendimentos do mesmo programa, incluindo a fase três situada na mesma rua. -----

----- Essa recomendação, depois de aprovada na Assembleia, por unanimidade, foi enviada à EPUL e à Câmara Municipal de Lisboa, mas estavam hoje exactamente no mesmo ponto em que então estavam, e o que se pretendia das entidades envolvidas era que se praticasse justiça, igualdade e bom-senso em tudo isso. -----

----- Era isso que pediam à Assembleia Municipal, bem como aos Vereadores da Câmara. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto exposto). -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a documentação seria enviada à Câmara Municipal e posteriormente seria dada resposta. -----

----- **O Sr. José Marques**, representante da Associação de Feirantes da Feira Popular de Lisboa, disse que no dia 22 do passado mês de Julho foi aprovada pela Assembleia Municipal uma proposta através da qual a Assembleia permitira à Câmara Municipal de Lisboa celebrar o contrato/promessa de permuta dos terrenos do Parque Mayer pelos terrenos da Feira Popular, tendo então sido referido que os direitos da Fundação “O Século” e dos feirantes seriam devidamente salvaguardados. -----

----- Por outro lado, foi também referido, e certamente constava da própria proposta, que a Câmara teria que apresentar os protocolos celebrados com a Fundação “O Século” e a Associação de Feirantes no prazo de 60 dias, verificando-se nesse mesmo dia, contudo, que a Câmara tinha já celebrado com a Fundação “O Século” esse mesmo protocolo. -----

----- Para a Associação dos Feirantes ficara a promessa de que no prazo de 60 dias seria com ela negociado o referido protocolo para posterior apresentação à

Assembleia, mas o que era facto é que tal não tinha acontecido até hoje, pese embora continuassem alguns contactos com a Câmara. -----

----- Faltavam poucos dias para se atingir os tais 60 dias para a apresentação do protocolo, a Feira Popular estava a encerrar e naturalmente os feirantes estavam preocupados porquanto eles hoje constituíam um problema muito mais social que a própria Colónia Balnear Infantil. A Feira nesta altura vivia uma situação de miséria que lhe era imposta pela Câmara e também pelo Estado que, como primeiro concessionário daquele espaço, também teria que ser responsabilizado. -----

----- Terminou pedindo que, se possível, a Assembleia interviesse junto da Câmara para que o processo com a Associação de Feirantes decorresse no mais curto espaço de tempo possível e a contento da resolução dos problemas dos feirantes. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que ontem receberam a Associação de Feirantes na Assembleia, receberam também um documento que foi enviado ao Sr. Vereador Pedro Pinto, era ideia da Associação, conforme comunicaram, pedir audiências aos Grupos Municipais, e da parte da Assembleia, obviamente, continuariam a acompanhar o desenvolvimento do processo. Por isso, agradecia que a Associação mantivesse a Assembleia informada daquilo que vier a acontecer no futuro. -----

----- Seguidamente, terminado o período de intervenção do público, informou que as propostas 477/2003 e 478/2003, tiveram introduções manuscritas que os Deputados Municipais já conheciam, e estava-se neste momento a introduzir uma alteração à proposta 479/2003 que seria distribuída de seguida. -----

----- Disse, depois, que em Conferência de Líderes ficou decidido que seria integrada na Ordem de Trabalhos da presente Sessão Ordinária, uma proposta da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude sobre a situação da abertura do ano lectivo, que passaria a constituir o ponto último da agenda. -----

----- Sobre a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, ponto um da Ordem de Trabalhos, disse que daria na devida altura uma informação sobre aquilo que a Conferência de Líderes assentou, dado que os Deputados Municipais receberam a informação ontem e hoje de manhã, portanto fora de prazo legal. -----

----- Findas as informações declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. ----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números 30, 31, 32, 33 e 34 previamente distribuídas, e como ninguém desejou intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as moções que a seguir se transcrevem, chamando a atenção dos Deputados Municipais para as alterações entretanto introduzidas na número três, número quatro, número sete e número nove pelos respectivos subscritores, concretamente o Bloco de Esquerda e o PCP. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “O Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, que já completou mais de seis séculos ao serviço dos cidadãos e da cidade, é uma instituição essencial no sistema de protecção e socorro de Lisboa. -----

----- Para a manutenção do seu eficaz funcionamento importa que em cada momento seja dotado de meios humanos e materiais que satisfaçam as suas necessidades. Do mesmo modo, é essencial que o seu comando seja eficaz, que os bombeiros sejam adequadamente formados e que não exista qualquer fragilidade no seu seio. -----

----- No entanto, nos últimos meses temos assistido a uma situação de grande instabilidade no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa - o que nos tem preocupado. -----

-----De facto, foi mesmo apresentado um abaixo assinado que solicitava a demissão do actual comando do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. -----

----- Esta situação foi motivada pelo mau estar que se vive no interior do Regimento e que se tem vindo a agravar nos últimos tempos com o não cumprimento de várias promessas efectuadas pelos actuais responsáveis pelo Regimento, designadamente em termos de formação do pessoal, renovação do equipamento e preenchimento das vagas deixadas em aberto com a passagem à aposentação de vários operacionais. -----

----- Matérias como a necessidade de revisão dos actuais procedimentos internos tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, a necessidade de substituição do pessoal que passou à aposentação, a necessidade de abertura de concursos de promoção para colmatar um vazio existente, a elaboração de um programa anual de formação, a criação de um quadro docente para a Escola de Sapadores Bombeiros de Lisboa, a colaboração com Universidades, a má coordenação operacional e a urgente modernização de viaturas de socorro são alguns exemplos dos diferentes temas que têm sido colocados à discussão pelos representantes dos bombeiros - na comunicação social e nos órgãos do Município. -----

----- E os alertas para estes e muitos outros problemas têm-se repetido segundo os representantes dos bombeiros em reuniões com o Presidente da Câmara, com a Vereadora Ana Sofia Bettencourt, com o Comando do RSB e com diferentes assessores da vereação - sem que tivesse sido dada qualquer resolução às situações apresentadas. Igualmente, registaram-se inúmeras reuniões no seio da Assembleia Municipal sobre esta problemática. -----

----- De estranhar é também a ausência de resposta escrita por parte da Câmara à sucessiva documentação enviada pelos representantes dos bombeiros. -----

----- Daí que esta situação nos preocupe - pois urge acabar com esta sucessiva falta de respostas por parte da Câmara que não contribui nada para a melhoria do clima de instabilidade existente no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. -----

----- Face ao exposto e com o objectivo de ouvir a Câmara Municipal sobre este assunto a Assembleia Municipal de Lisboa delibera: -----

----- Recomendar à Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil desta Assembleia o imediato agendamento de uma reunião com um representante eleito da Câmara Municipal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, em nome do Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Da intervenção que a Câmara Municipal de Lisboa tem produzido no Intendente, é inegável que a mesma alcançou alguns resultados – nomeadamente com a retirada desse espaço físico das camionetas que aí estacionavam permanentemente e eram utilizadas para a prática de inúmeros actos ilícitos. -----

----- No entanto, segundo notícias publicadas na comunicação Social, confirmadas por representantes da autarquia, alguns dos toxicodependentes que eram presença habitual no Intendente mudaram-se para a frente da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, na Av. Almirante Reis, devido à operação de requalificação em curso na zona. De facto, agora, os jardins da Igreja converteram-se num autêntico acampamento. -----

----- Do mesmo modo, segundo informações recolhidas junto de trabalhadores e frequentadores do cartório da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e junto dos comerciantes da zona, tem-se vindo a agravar o sentimento de insegurança em toda a área envolvente. -----

----- Igualmente, e não somente por acção de toxicodependentes, têm-se vindo a registar um acréscimo de assaltos em toda a zona da Av. Almirante Reis. -----

----- Alguns dos moradores da zona têm mesmo feito denúncias da existência na Rua Antero de Quental de uma moradia desabitada de dois pisos, que serve de trampolim para os assaltos que se verificam com alguma frequência nas traseiras dos prédios da Avenida Almirante Reis perto da Marisqueira Lis. -----

----- Também se começa a registar algum fenómeno de deslocação da prostituição do Intendente para outras zonas da Av. Almirante Reis. -----

----- É verdade que a situação que se vivia antes junto da Igreja já era problemática, o que levou à retirada das mesas e dos bancos que ali existiam. No entanto, não só a retirada do mobiliário urbano é uma solução casuística e provisória que não resolve nenhum dos problemas existentes como a situação se tem vindo a degradar com a intervenção realizada no Intendente. -----

----- Preocupados com as novas dimensões do fenómeno alguns dos cidadãos afirmam ter apresentado queixas por escrito e terem reclamado uma maior vigilância policial. Isto porque os habituais frequentadores da Igreja Nossa Senhora dos Anjos retraem-se agora de ir ao local. Idosos que iam almoçar e passar a tarde, crianças para a catequese, pessoas para a missa ou funerais deixaram de o fazer com receio de serem assaltadas ou molestadas verbalmente. -----

----- Vive-se mesmo uma situação em que caso não seja reposta em breve a normalidade estará em risco o futuro da assistência social prestada pela Igreja. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1. A manutenção da intervenção social que está em curso no Intendente adequando-a sempre que necessário a todas as zonas envolventes; -----

----- 2. A presença diária de efectivos da Policia Municipal na zona da Igreja Nossa Senhora dos Anjos e da Av. Almirante Reis; -----

----- 3. A realização de diligências junto da PSP para que toda a área envolvente seja patrulhada diariamente.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, em nome do Grupo Municipal do PS) -----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

---- “1. Considerando que esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade há cerca de dois anos uma moção de pesar pelo falecimento do foto jornalista Carlos Gil, tendo se decidido aí atribuir o nome de Carlos Gil a uma rua da cidade; -----

----- 2. Considerando que a família de Carlos Gil propôs à CML um protocolo para a preservação do espólio deste importante fotógrafo que tem uma das maiores obras fotográficas sobre a cidade de Lisboa; -----

----- 3. Considerando que a estas situações objectivas a Câmara Municipal de Lisboa não deu até hoje qualquer resposta; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2003, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição urgente do nome do fotógrafo Carlos Gil a uma rua de Lisboa; \-----

----- 2. Que a Câmara Municipal responda positivamente à família da Carlos Gil no sentido da preservação de um tão importante espólio do interesse da cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

MOÇÃO NÚMERO QUATRO

----- “Está a decorrer, desde o passado dia 12 de Setembro até ao próximo dia 27, o 7º Festival de Cinema Gay e Lésbico de Lisboa, que tem vindo a realizar-se todos os anos, desde 1997, em Lisboa. -----

----- O Festival, aberto a toda a cidade de Lisboa, dirigido a públicos diversificados e com ingressos a “preço social”, distribuí-se, nesta sua sétima edição, pela FNAC-Chiado, Cinemateca e Fórum Lisboa, com uma programação de reconhecida qualidade e que corresponde ao prestígio que já ganhou, nacional e internacionalmente. -----

----- Desde sempre que o Festival aborda variadas problemáticas sociais e não apenas a questão gay e lésbica. Porém, a cidadania, a homofobia e o activismo LGBT (Gay, Lésbico, Bissexual e Trans) estão no centro das temáticas escolhidas para a selecção dos filmes deste ano. Esta opção da organização não foi tomada por acaso. Trata-se de um gesto veemente de defesa de um evento que, enriquecendo a Cidade, constitui um dos momentos altos da afirmação e auto-reconhecimento de uma comunidade ainda demasiado “guetizada” e estigmatizada. -----

----- De facto, a reedição do Festival no próximo ano está em risco. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem sido o principal patrocinador do evento, a diversos níveis, sendo os valores atribuídos anualmente pela CML a este Festival superiores ao conjunto de todos os outros apoios públicos e privados, sendo por isso essenciais. Porém, já no ano passado os apoios foram drasticamente reduzidos e apenas concedidos, mesmo nessa forma mitigada, considerando compromissos

assumidos pela anterior maioria no Executivo municipal. No corrente ano, para além da permissão para algumas projecções no Fórum Lisboa, o 7º Festival de Cinema Gay e Lésbico não conta qualquer outro contributo municipal. -----

----- Atitudes recentemente assumidas pela maioria do Executivo municipal em relação à comunidade LGBT são por motivo de vincada preocupação. Já este ano, a CML, com falhada discrição, entrou em conflito com o “Arraial Pride”, retirando-o do centro da Cidade, também com a “Marcha do Orgulho”, apadrinhando para Belém e na mesma data uma “Lisboa Parade”, e, agora, com o Festival Gay e Lésbico de Cinema de Lisboa. Em Dezembro de 2002, a senhora Vereadora da Cultura tinha pedido à Associação do Festival a mudança do nome para “Festival das Diversidades”, sem que fosse perceptível qualquer outro motivo para isso a não ser o de pretender esconder a que tipo de diversidade se refere o Festival. -----

----- Este ambiente, tendencial e perigosamente homofóbico, é contrário ao que se verifica no mundo democrático, onde o respeito e integração de todas as minorias são prioritários, extraindo-se da aferição da forma como são tratadas os níveis de democracia e de desenvolvimento dessas sociedades. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 16 de Setembro de 2003, no Fórum Lisboa, preocupada com os sinais recentemente deixados transparecer pela actuação do Executivo no que respeita às relações com o movimento LGBT, recomenda à CML: -----

----- Um posicionamento político de solidariedade e apoio aos progressos conseguidos na afirmação da identidade LGBT, como atitude positiva em defesa dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs à igualdade e à liberdade, nomeadamente no que respeita às orientações sexuais e afectivas; -----

----- O restabelecimento do patrocínio do Festival de Cinema Gay e Lésbico de Lisboa, a níveis idênticos aos de anos anteriores.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

MOCÃO NÚMERO CINCO -----

----- “1. Considerando que na reunião da Comissão de acompanhamento dos estádios de futebol desta AML foi solicitado à EPUL e à CML o fornecimento a esta Comissão do dossier do concurso para o arrendamento dos novos escritórios da EPUL e do contrato de arrendamento realizado entre esta instituição e o SCP; -----

----- 2. Considerando que até à data esta Assembleia ainda não foi esclarecida de qual o real montante do referido arrendamento, conhecendo-se apenas os escandalosos valores transmitidos pela comunicação social; -----

----- 3. Considerando que esta Assembleia Municipal tem o direito e o dever legal e constitucional de verificar o funcionamento da Câmara Municipal e das instituições que esta tutela. -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2003, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa uma Lisboa uma informação rigorosa sobre o contrato da EPUL com o SCP para o arrendamento da nova sede da EPUL; --

----- 2. Solicitar que seja facultado à referida comissão o *dossier* do concurso/consulta que o Presidente da EPUL afirmou na referida Comissão ter havido; -----
----- 3. Solicitar que seja facultado à referida comissão o contrato de arrendamento entre a EPUL e a entidade gestora do edifício do SCP.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “1. Considerando que esta Assembleia Municipal durante o debate sobre o Túnel do Marquês do Pombal requereu à Câmara Municipal de Lisboa a entrega a esta Assembleia de um corte longitudinal do referido túnel afim de pudermos verificar da inclinação que o referido túnel terá; -----
----- 2. Considerando que até à data esta Assembleia ainda não recebeu tal documento apesar de ter passado um ano e de ter havido todo o tempo do mundo para todos e mais alguns *outdoors* publicitários e não houve tempo para entregar um simples desenho ao parlamento da cidade; -----
----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2003,, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a entrega urgente do desenho do túnel das Amoreiras onde esteja um corte longitudinal que permita verificar com rigor a verdadeira inclinação do referido traçado rodoviário.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “1. Considerando que a Cidade de Lisboa sempre se posicionou como uma cidade de paz e de luta intransigente pelos direitos à democracia e à autodeterminação dos povos. -----
----- 2. Considerando que o governo português afirmou na pessoa do seu Primeiro Ministro que Portugal apoiava a força invasora do Iraque dos EUA coligados com a Inglaterra para destruir as armas de destruição massiça do ditador iraquiano; -----
----- 3. Considerando que até hoje o Governo não apresentou uma única arma de destruição massiça nem as tropas da aliança invasora a encontraram até hoje?; -----
----- 4. Considerando que um outro considerando justificativo desta invasão foi a luta contra o terrorismo e ele aumentou exponencialmente com a invasão tendo já custado a vida de Sérgio Vieira de Melo e de muitos outros cidadãos do mundo; -----
----- 5. Considerando que as tropas invasoras dos EUA e de Inglaterra, tendo tido mais mortos após a declaração do fim da guerra do que durante a própria guerra, pretendem agora, envolver forças armadas de outros estados, como forma de diminuírem os seus riscos de mais soldados morrerem e de diminuírem os seus enormes custos militares sendo que permanecem a mandar em exclusivo no país que invadiram ao revés das Nações Unidas; -----
----- 6. Considerando que o Governo Português sem qualquer decisão favorável da ONU pretende enviar soldados da GNR para o Iraque sob o comando dos EUA; -----

----- 7. Considerando por último, que só a paz e a entrega da soberania ao povo iraquiano pode favorecer a paz e a democracia: -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2003, decide: -----

----- 1. Manifestar a sua mais profunda solidariedade à família de Sérgio Vieira de Mello e a todos os que têm morrido naquela nova aventura do império estadunidense.

----- 2. Protestar pelo facto do Primeiro Ministro Português ainda não ter tido a coragem política, para vir perante o povo português dizer onde estão as tão famigeradas armas de destruição massiva; -----

----- 3. Manifestar a sua completa oposição ao envio de qualquer força militar ou militarizada para o Iraque.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

MOÇÃO NÚMERO OITO

----- “Compete ao Estado, assegurar uma boa rede de Serviços Públicos, de forma a satisfazer necessidades básicas da população, bem como, promover com justiça e equidade, uma adequada qualidade de vida a todos os cidadãos. -----

----- O Governo PSD/PP tem vindo a desenvolver um ataque sistemático aos serviços públicos. O objectivo é a privatização destes serviços, submetendo-os às leis do mercado e ao primado do lucro. Em consequência, teremos um aumento das taxas e uma deterioração da qualidade dos serviços. Uma parte significativa da população, nomeadamente as suas camadas mais carenciadas, deixam de ter acesso a estes serviços. -----

----- A Constituição da República, consagra um Serviço Nacional de Saúde universal, público e tendencialmente gratuito. Este preceito constitui uma das maiores conquistas sociais e representa um dos instrumentos mais importantes para promover a justiça social. -----

----- Mas, se ao nível dos princípios, o Estado tem o dever de assegurar um serviço de qualidade, no âmbito da prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos, na prática, o Governo tudo faz, para transformar os serviços de Saúde num negócio. É com este propósito que se perspectivam as privatizações de hospitais e centros de saúde, não para servir as populações, mas para satisfazer o apetite e o lucro fácil, dos grupos económicos. O caso do hospital Amadora/Sintra, é bem o exemplo disso. -----

----- Muitos outros casos poderiam ser referenciados, pois a política privatizadora deste Governo estende-se a outros serviços, tais como a segurança social, justiça, a produção e distribuição de água (EPAL), de electricidade (EDP), Transportes (Carris), comunicações (CTT) e, na educação, onde o Governo através da sua proposta de Lei de Bases do Sistema Educativo, pretende desresponsabilizar e fragilizar a posição do Estado nesse sistema. -----

----- Toda esta onda privatizadora contribui ainda para o aumento do desemprego, que já está a ser cada vez mais elevado no país e na região de Lisboa. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2003 decide: -----

----- Manifestar a sua firme oposição à política do Governo de privatização dos Serviços Públicos, considerando que os essenciais, devem ser assegurados por uma gestão pública de qualidade e nunca submetidos à lógica do lucro.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “Os Incêndios florestais, que anualmente percorrem a floresta portuguesa, arrastam tragédias de ordem humana e social, gigantescos prejuízos para o País – as populações e as actividades económicas envolvidas. -----

----- Em Portugal, até ao final de Agosto do presente ano, de acordo com uma avaliação da Direcção Geral das Florestas, arderam mais de 330 mil hectares, sem incluir área agrícola; há a lamentar a perda de vidas humanas; as populações viram, destruídos o seu património florestal, as suas casas e os seus bens; constata-se a existência de aldeias inteiramente devastadas; os prejuízos são da ordem de milhões de euros. -----

----- Um património florestal que levará décadas a rearborizar e reconstituir! Se acrescentarmos a estes dados os mais de dois milhões de hectares que arderam nos últimos anos, Portugal é o País da Europa com mais área ardida em relação à sua superfície florestal. -----

----- A situação dramática que o país vive implica uma análise e reflexão políticas sobre as razões que explicam esta catástrofe, reflexão essa que deve ser conducente à adopção de medidas políticas que evitem a repetição de situações idênticas. Porque, para além das causas climatéricas excepcionais, dos incendiários, das matas por limpar, a questão central dos fogos florestais é política a responsabilidade e soluções também são de foro político: falta em Portugal uma política de ordenamento florestal, a lei de bases da política florestal não é, em grande parte, aplicada. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 16 de Setembro de 2003 decide; -

----- a) apresentar os pêsames às famílias das vítimas dos incêndios florestais; -----

----- b) Manifestar a solidariedade para com toda a população atingida pelos fogos e homenagear a sua luta; -----

----- c) homenagear todos aqueles que participaram no combate a este flagelo, em particular as corporações de bombeiros, GNR, forças militares e autarcas; -----

----- d) exigir do Governo a expectativa de que as populações sejam justamente compensadas e que se leve à prática uma nova política florestal, tendo por base a legislação já aprovada na Assembleia da República.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “A Comunidade Internacional assistiu no passado dia 19 de Agosto a mais um cobarde atentado terrorista, desta feita em Bagdade, e que vitimou o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas nesse país, o diplomata Sérgio Vieira de Mello.---

----- Várias são as afinidades que unem Sérgio Vieira de Mello ao Povo Português. Não só o facto de ser oriundo de um país irmão, como é o Brasil, mas sobretudo por

ter ficado ligado a uma causa que mobilizou Portugal durante anos: a Independência de Timor Leste.-----

----- Sérgio Vieira de Mello era sem dúvida um diplomata de reconhecido mérito, com créditos firmados na luta pelos Direitos Humanos e pela Liberdade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2003 delibera: -----

----- 1-Manifestar o seu profundo pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello -----

----- 2-Associar-se à posição da Câmara Municipal, para que seja atribuído o nome de Sérgio Vieira de Mello a uma artéria da cidade; -----

----- 3-Dar conhecimento desta moção à Presidência da República, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à delegação das Nações Unidas em Lisboa e à Embaixada do Brasil em Portugal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, e CDS/PP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

-----Voto de Pesar -----

----- “Morreu no passado dia 19 de Agosto, vítima de um ignóbil atentado, Sérgio Vieira de Mello. -----

----- Este verdadeiro Embaixador da Humanidade representava o Secretário Geral das Nações Unidas no Iraque, colocando, em mais esta missão – porventura a mais difícil da sua já longa carreira – todo o seu empenho pessoal, dedicação e profissionalismo. -

----- Sérgio Vieira de Mello trazia com ele a confiança e a esperança de quem, com sucesso, desempenhou funções idênticas nos mais diversos locais do mundo onde as situações eram adversas, muitas vezes com risco para a própria vida. -----

----- Este distinto representante das Nações Unidas pautou-se sempre pelo respeito e defesa dos Direitos Humanos, afinal a causa primeira da sua intervenção. -----

----- Sérgio Vieira de Mello tornou-se mais conhecido e admirado pelos portugueses durante a sua intervenção em Timor-Leste, acompanhando o difícil processo de independência desta jovem nação, onde colocou a sua coragem, espírito empreendedor e capacidade de gerar consensos por vezes difíceis de alcançar. -----

----- Portugal e Timor devem-lhe também a concretização deste sonho hoje tornado realidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2003, delibera: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello e por todos os que perderam a vida nesse atentado; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Sérgio Vieira de Melo a uma artéria da cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal António Prôa, em nome do Grupo Municipal do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- *Projecto piloto de desenvolvimento de aplicação, com recurso às tecnologias disponíveis, para recolha e tratamento de informação sobre sinistralidade.* -----

----- “Em Maio de 2000 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade uma recomendação apresentada pelos representantes do Partido Ecologista "Os Verdes" sobre o combate à sinistralidade rodoviária. A componente deliberativa destacava duas grandes linhas de intervenção: -----

----- - ‘A Câmara Municipal elabore um programa de eliminação dos pontos críticos de sinistralidade de peões, devendo para tal proceder à sua inventariação e definição das medidas técnicas a adoptar para cada um bem como a calendarização e a entidade responsável pelas respectivas intervenções. -----

----- - nos processos futuros de apreciação, licenciamento e/ou construção de novos equipamentos de utilização colectiva seja necessária a consideração prévia de medidas de protecção ao peão, entendidas enquanto factor condicionante da entrada em funcionamento dos mesmos.’ -----

----- Os dados disponibilizados pela Direcção-Geral de Viação confirmam a importância e urgência de uma intervenção sistemática e pró-activa: -----

Ano	N.º Registos com vítimas	Mortos	Feridos Graves	Feridos Ligeiros
1998	4 351	71	1 094	4 438
1999	3 793	68	958	3 918
2000	3 459	60	809	3 534
2001	2 732	49	492	2 891
2002	2 807	48	399	3 018

----- A dimensão desta tragédia impõe o fim de medidas avulsas e do «senso comum» (muitas vezes indutoras de novos e/ou mais graves acidentes), dando lugar a intervenções coerentes e tecnicamente adequadas. -----

----- É absolutamente claro que as medidas são adequadas para cada situação específica e não têm carácter universal. As condições e características de cada local justificam a medida ou conjunto de medidas tecnicamente correctas. -----

----- O combate aos pontos negros de sinistralidade rodoviária impõe em primeiro lugar o acesso a informação actualizada, completa, correcta e de escala crescentemente mais pormenorizada. -----

----- As bases de dados sobre sinistralidade não cumprem as necessidades e os critérios mínimos necessários para a identificação exacta dos pontos negros e assim avaliar as causas e as respectivas medidas de correcção e superação. -----

----- Embora não se trate de uma competência municipal, tendo em conta o impacto que este aspecto tem sobre o cumprimento das suas competências e responsabilidades na área da gestão de tráfego e do espaço urbano, torna-se necessária uma recolha de informação credível e de escala adequada sobre a sinistralidade rodoviária. -----

----- A título de exemplo, os dados disponibilizados pela DGV relativos à sinistralidade com vítimas no concelho de Lisboa no ano de 2002, no campo «nome arruamento», em 8% dos casos não está sequer preenchido. E em qualquer caso o nome não é complementado com a sua localização (número de edificio frontal, cruzamento com rua, ou qualquer outra referencia no território).

Em inúmeros casos, o mesmo arruamento aparece registado com diferentes abreviaturas. -----

----- É ilustrativo das insuficiências da actual disponibilidade de dados que dos 77 acidentes registados, da fonte citada, na Av. General Norton de Matos ficamos apenas a saber que 43 foram na área da Freguesia de Benfica, 25 no Campo Grande, 4 em Carnide, 3 em São Domingos de Benfica, 1 no Lumiar, havendo mesmo 1 registado na freguesia de Campolide. -----

----- Este facto ocorre quando o desenvolvimento tecnológico disponibiliza já de forma generalizada suportes físicos e programas de recolha, tratamento de dados e aplicações de localização e georeferenciação, com recurso a plataformas móveis multi-utilizador que permitem visualizar, recolher e tratar dados disponibilizando-os para utilização em ferramentas de desenho e Sistemas de Informação Geográfica. -----

----- Considerando a relevância da cidade de Lisboa, que se reveste também de responsabilidade ao nível de dinamização e promoção de novas soluções e de modernidade. -----

----- Sendo certo que a informação rigorosa, credível e à escala adequada é uma base fundamental para o competente e completo desempenho da autarquia nas suas responsabilidades nas áreas da gestão de tráfego e circulação, da mobilidade, do espaço urbano e da segurança, entre outros. -----

----- Tendo presente que a segurança rodoviária é hoje uma clara prioridade Comunitária, Nacional e Municipal e que o seu sucesso depende da total disponibilidade de colaboração e apoio entre os diversos níveis da Administração e estará intimamente associado às acções e omissões de cada uma e do conjunto das entidades envolvidas. -----

----- A dimensão dos impactos na saúde, sociais, económicos, entre outros, faz desta uma preocupação não estritamente pública – envolvendo crescentemente entidades como as seguradoras, a própria indústria automóvel, etc. – registando-se mesmo como um dos factores de maior dinamismo ao nível do associativismo e de intervenção de cidadania. -----

----- Assim, os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte recomendação: ---

----- Que a Câmara Municipal diligencie, promova e/ou participe, em conjunto com os demais organismos com responsabilidades e competências na área da segurança rodoviária - podendo, naturalmente, caso o entenda, envolver outras entidades não públicas, uma vez definidas as formas dessa participação - num projecto piloto de recolha e tratamento de dados sobre sinistralidade rodoviária - com recurso às tecnologias disponíveis e que se revelarem necessárias - no sentido de possibilitar a obtenção de uma informação pormenorizada (com identificação sobre cartografia do local exacto dos registos), fiável, actualizada, de procedimentos, tanto quanto possível, automáticos (reduzindo erros de preenchimento, diferentes entendimentos sobre a informação a introduzir, etc) e que obedeçam aos critérios técnicos de criação e desenvolvimento de bases de dados.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV) -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que a referência, bastante repetida nas moções, à morte do embaixador Sérgio Vieira de Melo, manifestamente contagiara todos os Grupos Municipais representados na Assembleia porque a todos chocara aquele acto bárbaro de que Sérgio Vieira de Melo tinha sido alvo. Não seria demais repetir ali o respeito que todos sentiam pela sua memória mas também pelo seu trabalho em prol dos Direitos Humanos enquanto representante das Nações Unidas, portanto de toda a Humanidade, nos locais mais difíceis do mundo onde muitos com certeza se teriam recusado a arriscar a sua vida. --

----- Disse que teve a felicidade de ter privado com o embaixador Sérgio Vieira de Melo mais do que uma vez, tinha dele a recordação de alguém que muitas vezes contrariando aquela imagem que tinham das Nações Unidas, de um órgão burocrático, pesado e pouco eficaz, mostrara sempre que não se conformava com essa imagem e impusera sempre na sua acção grande dinamismo, grande empenho pessoal, grande determinação, e, fruto disso, era, por exemplo, o papel importantíssimo, fundamental e determinante que teve no caminho para a independência de Timor-Leste. -----

----- Portanto, era seu entendimento que todos os portugueses lhe deviam o máximo respeito pelo seu trabalho em prol da Humanidade, como referira. -----

----- Por isso, esse acto bárbaro de que foi vítima, no Iraque, enquanto representante da Humanidade, era um acto bárbaro contra as Nações Unidas como era também um acto bárbaro contra os Direitos Humanos, contra uma civilização equilibrada que respeitava os seus semelhantes, e, assim, era de todo intolerável esse acto que teve lugar no passado dia 19 de Agosto, no Iraque. -----

----- Depois, dado que havia um conjunto alargado de moções de vários partidos a propor um voto de pesar pela morte de Sérgio Vieira de Melo, propôs que fosse construído um texto consensual e, para isso, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que intervesse no sentido de se procurar esse consenso porque, de facto, além de alguns aproveitamentos laterais pouco importantes que eram feitos, no essencial havia questões que eram consensuais relativamente a essa matéria. Isto porque era importante que a Assembleia Municipal conseguisse aprovar, por unanimidade, um texto consensual que, por motivos óbvios, teria outra força, outro impacto, para a Cidade de Lisboa e para a própria Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, deixava esse desafio acrescentando que da parte do PSD a abertura era total para encontrar um texto consensual relativamente ao pesar que todos sentiam pela morte de Sérgio Vieira de Melo. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que se tivesse havido alguma antecedência era óbvio que teria participado na redacção de um voto de pesar que efectivamente integrasse todos os sentimentos das bancadas. No entanto, sugeria aos subscritores das várias moções que se reunissem para procurar encontrar um texto consensual, antes de se chegar à votação das mesmas. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que o PCP não tinha nada a obstar em relação às 13 moções que estavam em discussão e portanto iria votá-las favoravelmente, leu o seguinte documento: -----

----- “Em relação aos serviços públicos, pensamos que importaria referir o seguinte: -

----- O País assiste com preocupação ao processo que o governo tem em curso, que se caracteriza por um perigoso ataque aos serviços públicos. -----

----- Este ataque assenta numa lógica privatizadora que, a consumir-se, significaria a diminuição dos direitos sociais de todos os cidadãos. -----

----- O Governo diminui o investimento, privatiza sempre a preços de saldo e ao mesmo tempo avança com políticas retrógradas e conservadoras, nomeadamente: -----

----- Na segurança social, nos transportes, na saúde, nos CTT, na educação e ensino, etc. -----

----- Em relação à segurança social, vive-se uma situação de profundo retrocesso que necessita ser travada, o governo pretende diminuir o subsídio de doença, não transfere os descontos dos trabalhadores para o fundo de reserva, favorece as empresas, permitindo despedir milhares de trabalhadores sob a capa de rescisão de mútuo acordo, antecipando a sua reforma, penalizando assim o financiamento da segurança social. -----

----- Em relação aos transportes, com as medidas apontadas tendentes à privatização, vão traduzir-se em menos carreiras, bilhetes mais caros e desemprego, com as centenas de despedimentos já anunciados pela Carris. -----

----- Na saúde, o Governo visa implementar um modelo de favorecimento ao capital privado, que significa, a prazo, a diminuição de qualidade e da universalidade do sistema, com a criação de acrescidas dificuldades para os cidadãos de menores rendimentos e com prejuízos graves para os profissionais de saúde. -----

----- Nos CTT, o governo anuncia uma escalada sem precedentes contra os CTT, visando a sua privatização, pondo em causa o serviço público dos correios, ao mesmo tempo que o encerramento de centenas de postos dos CTT, como é sua intenção, empurra mais milhares e milhares de trabalhadores para o desemprego. -----

----- Na educação e ensino, como todos temos visto nos últimos tempos, esta área tem vindo a ser vítima dos mais puros e duros ditames da política neo-liberal deste governo, consubstanciada na progressiva desresponsabilização do Estado. É isso que nos diz a proposta da lei de bases do sistema educativo apresentada pelo Governo. ---

----- Acresce a isto lembrar que, com a privatização da água, as tarifas aumentam e a qualidade do serviço diminui. Com a privatização da energia eléctrica já estamos a pagar mais. -----

----- Não há gestão privada boa e gestão pública má. Há, isso sim, boa gestão e má gestão. -----

----- O acesso universal a estes bens e serviços representa um avanço civilizacional e um direito que reponsabiliza o Estado, em garanti-los a todos os cidadãos. -----

----- No entanto, os serviços públicos têm vindo a ser postos em causa pelo actual governo, que, cedendo cada vez mais aos grandes interesses económicos e financeiros, pretende subordinar a sua prestação à mera lógica do lucro. -----

----- As políticas privatizadoras contribuem para uma maior concentração da riqueza e resultam num claro prejuízo para as populações e o País. -----

----- Os consequentes aumentos das taxas e a deterioração da qualidade do serviço prestado põem em causa a universalidade da sua prestação. -----

----- Simultaneamente, reduzem e precarizam os postos de trabalho, aumentando também assim o desemprego, que já é grande no nosso País. -----

----- O nosso entendimento de serviços públicos é claro. Serviços públicos são mesmo serviços públicos, na Assembleia da República, na Assembleia Municipal, nos municípios, é uma questão de princípio e não há aqui segunda medida, ou segundo entendimento. -----

----- Curioso é que este Governo, que tem aversão ao socialismo, tem como objectivos centrais socializar os custos e privatizar os lucros. -----

----- Depois, condiciona o acesso em função da capacidade económica do utente, diminuindo a qualidade e a quantidade do serviço bem prestado. -----

----- Por isso, esta Assembleia Municipal, que tem responsabilidades e que representa os cidadãos de Lisboa, deve defender os serviços públicos na verdadeira acepção da palavra. -----

----- Por isso apelamos a que todas as moções sejam aprovadas, incluindo a apresentada pelo PCP em relação aos serviços públicos.” -----

----- **O Senhor Presidente** informou que sobre a Moção n.º 5, relativa à mudança de sede da EPUL, a Câmara entregara na Mesa um memorando que ia mandar distribuir aos Senhores Deputados Municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse, numa primeira nota, que o Grupo Municipal do Partido Socialista tomara boa nota dos assuntos colocados pelos munícipes no período de intervenção do público e procurariam acompanhá-los na medida do possível. -----

----- Depois, sobre a proposta feita no sentido de se tentar encontrar um texto consensual para o voto de pesar pelo falecimento do diplomata Sérgio Vieira de Melo, disse que o PS não tinha nada a opôr e estavam dispostos a conversar para que esse texto consensual fosse encontrado. -----

----- Relativamente às moções que apresentaram, disse que queria também transmitir duas notas: a primeira referente ao Regimento de Sapadores Bombeiros e a segunda sobre a intervenção em curso na zona do Intendente, com alguns reflexos na zona da Igreja dos Anjos, na Av. Almirante Reis. -----

----- Quanto à primeira, era do conhecimento de todos os Deputados Municipais, porque já existiram várias reuniões com o Presidente da Assembleia Municipal, com a Comissão de Segurança, na Conferência de Líderes e já foi distribuída vária documentação sobre os inúmeros problemas colocados pelos representantes dos trabalhadores do Regimento de Sapadores Bombeiros, e havia um aspecto que os preocupava que até ao momento não ter havido soluções, mas mais do que soluções era que esses representantes repetidas vezes diziam, quer nos órgãos do Município, quer à comunicação social, que não existiam respostas. -----

----- Aliás, estavam já quase a meio do mandato e ainda não houve oportunidade para a Comissão realizar uma reunião com o responsável pelo Pelouro, se bem que algumas vezes os assuntos também oscilassem entre o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, e, portanto, com o objectivo de ouvir a Câmara sobre esses assuntos e principalmente tentarem, colectivamente, solucionar aquilo que pudesse ser solucionado e assim contribuir para a diminuição do clima de crispação que existia no Regimento de Sapadores Bombeiros, apresentavam uma moção no sentido da Câmara se disponibilizar a ir à Comissão para que depois, por consenso da Comissão, também pudessem marcar uma data para essa reunião. -----

----- A segunda nota era para referir a intervenção na Igreja dos Anjos, que reputavam de necessária. Estava em curso uma intervenção na zona do Intendente, que tem sido profusamente noticiada, intervenção essa que consideravam que estava a ter aspectos positivos, como consideravam também que estava em curso um bom trabalho social e que tem sido procurado, na medida do possível, alguma presença policial na zona, consideravam até que se calhar alguns dos seus efeitos estariam eventualmente previstos e analisados, mas de todo o modo tinham a opinião de que a intervenção numa determinada zona não se podia sobrepor aos direitos dos outros utentes da cidade. -----

----- Mas era um facto que a deslocação de toxicodependentes e de prostituição para outras zonas da cidade, a partir da intervenção na zona do Intendente, tinha agravado algumas situações. Nomeadamente, e a comunicação social vinha dando inúmeras notícias sobre isso, toda a zona envolvente da Igreja dos Anjos, não só por acção dos toxicodependentes porque também era verdade que se tem registado um aumento do número de assalto. -----

----- Portanto, aquilo que pretendiam era chamar a atenção para este problema, em relação ao qual entendiam que deveriam ser tomadas medidas, designadamente a manutenção de tudo aquilo que estava a ser feito ao nível social e ao nível policial, mas também um reforço do trabalho social não só na zona do Intendente mas em todas as zonas integradas. E para que não fosse posta em causa a obra social da Igreja dos Anjos e a segurança das pessoas que habitavam na zona envolvente, ainda um maior reforço da presença policial, não só da PSP como também da Polícia Municipal.

----- Seguidamente, disse que ia abordar um assunto sobre o qual não gostariam de falar, pois era quase como que uma telenovela mexicana esse imbróglia a que vinham assistindo entre a Presidência da Câmara e a Vereadora Ana Sofia Bettencourt. -----

----- De facto, jovens em relação aos quais foi assumido na Assembleia que tinham sido contratados erradamente e que por isso se ia prescindir dos seus serviços, pelos vistos, segundo a comunicação social e até alguns eleitos e dirigentes do partido que suportava a Câmara, assuntos como *dossiers* delicados, *jobs*, obras, novos cargos, têm sido profusamente noticiados na comunicação social, inclusivamente até aventando suspensões de militância e também uma eventual perda de maioria na Câmara Municipal. -----

----- Não gostavam de se referir a esta matéria, mas queriam referir duas coisas. -----

----- Primeiro: estranhavam o facto e achavam que o Sr. Presidente da Câmara já se devia ter pronunciado, porque diariamente, quer o Presidente da Câmara, quer a assessoria de comunicação e imprensa da Câmara se pronunciavam praticamente sobre tudo o que acontecia na cidade. Todos viam “n” cartas, “n” comunicados, “n” exposições na comunicação social, mas sobre este assunto andavam há semanas e nem uma palavra sequer. O PS entendia que o Sr. Presidente da Câmara devia terminar com esse assunto e dar uma explicação à Assembleia Municipal e aos lisboetas. -----

----- Segundo: aquilo que os preocupava – e esse era o dado mais objectivo – era que a par desses *fait divers* o trabalho se tem ressentido. Se calhar, e não entravam por aí como alguns tinham entrado, a culpa nem seria directamente da Sra. Vereadora porque, segundo algumas notícias, o Presidente da Câmara não lhe tem dado condições para funcionar. Mas o que era certo era o trabalho se ressentia, e dava três exemplos: não tinham, como referira, essa resposta ao Regimento de Sapadores Bombeiros; o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança era inexistente ou muito deficiente; e os projectos estruturantes que foram prometidos para a área da juventude não estavam a funcionar. -----

----- Portanto, entendiam que este assunto deveria ser encerrado com uma explicação, e era esse o desafio que faziam ao Sr. Presidente da Câmara para que se pronunciasse e o esclarecesse de uma vez por todas. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, aludindo à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o 7º Festival de Cinema Gay e Lésbico, disse que relativamente ao seu teor se poderiam concordar com o primeiro parágrafo do posicionamento político de solidariedade e apoio aos progressos conseguidos na afirmação da identidade LGBT, já quanto aos considerandos não podiam concordar, nomeadamente com afirmações de intenções da Câmara de ambiente tendencial e perigosamente homofóbico, e depois, por fim, porque lhes pedia o restabelecimento do patrocínio do Festival de Cinema Gay e Lésbico a níveis idênticos aos de anos anteriores. -----

----- A questão, para o CDS-PP, não estava no aumento, não era isso que era pedido, porque se fosse um mero aumento poderiam concordar ou não. A questão estava em imputar à Câmara valores que não foram por ela escolhidos mas sim pela Câmara anterior, e obviamente retirar margem de liberdade aos Vereadores para decidirem sobre os montantes a atribuir, ainda que pudessem compreender que esses valores pudessem ser sujeitos a algum aumento. Mas, de facto, não podiam imputar à actual Câmara a obrigação de se sujeitar aos valores da Câmara anterior. -----

----- Sobre a Moção relativa à morte de Sérgio Vieira de Melo, também do Bloco de Esquerda, disse que o CDS-PP juntava a sua voz àqueles que pediam uma Moção consensual, mas uma Moção consensual passaria, obviamente, por tentar apagar qualquer justificação da morte de Sérgio Vieira de Melo para além do terrorismo absurdo que foi referido, e afastar as considerações relativamente à política externa do Governo português, porque trata-se disso mesmo, de política externa. E depois, para além disso, era tentar, através de um assunto sério que é a morte de uma grande figura que lutou pela paz, por terrorismo e não mais do que por terrorismo, tirar

considerações políticas e de política externa que reduziam muito o campo em que ocorrera a morte de Sérgio Vieira de Melo. -----

----- As moções que os Deputados Municipais do CDS-PP não referissem nas suas intervenções, seriam aquelas que iriam merecer o voto favorável do Grupo, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos um bom regresso de férias, disse que o Bloco de Esquerda também tomou nota das várias questões colocadas no período de intervenção do público e procurariam acompanhá-las. Aliás, algumas acompanhavam-nas há já algum tempo, como era o caso do Centro Comercial Libersil e a não resposta da Câmara ao longo de vários anos, desde e do anterior mandato, aos direitos dos pequenos empresários que aí estavam. -----

----- Sobre as moções, depois de referir que o Bloco de Esquerda as iria votar todas favoravelmente, disse que ia justificar algumas das que apresentaram. -----

----- Assim, começando pela referente ao 7º Festival de Cinema Gay e Lésbico, disse, em resposta ao orador anterior, que o que se tratava de apoiar era o que constava da parte resolutiva da Moção. Aliás, não estavam a falar de valores, de quantitativos, mas sim de uma atitude em termos de apoiar uma coisa que era constitucional, isto é, não discriminar ninguém por razões de ordem religiosa e muitas outras mais, entre as quais a orientação sexual. -----

----- Portanto, entendiam que a Câmara deveria ter uma atitude como tinha perante a juventude, perante as mulheres e tudo o mais. Deveria ter uma atitude positiva de apoio a tudo o que fosse integração social conforme a Constituição define. -----

----- Mas se o orador anterior entendia que não se tratava de manter mas sim de aumentar e queria fazer uma proposta nesse sentido, o Bloco de Esquerda não tinha nada contra. De facto, não tinha entendido esse raciocínio de que o manter era mau e aumentar os apoios é que era bom! -----

----- No tocante à Moção sobre a sede da EPUL, disse que não conhecia o teor do documento que a Câmara entregara à Mesa para distribuir sobre essa matéria, mas sendo ele próprio membro da Comissão de Acompanhamento da Construção dos Estádios, ele e vários Deputados Municipais dessa mesma Comissão disseram que à EPUL não bastava sê-lo, era também preciso parecê-lo, e quando estavam numa negociação já de si muito complicada e enormemente polémica sobre os apoios da Câmara para a construção dos estádios, a EPUL, que como todos entenderiam “não tinha prédios em Lisboa, não tinha nenhum edifício nem era empresa para isso” para encontrar escritórios ia alugá-los no Estádio do Sporting. E dizia-se nos jornais que alugava a 20.000 contos/mês! Já tinha dito ao Sr. Presidente da EPUL que trabalhava numa empresa ali bem pertinho e estavam dispostos também a alugar a esse preço! ---

----- Mas o Sr. Presidente da EPUL dizia que não era verdade! Tudo bem, era capaz de ser invenção dos jornalistas! Mas então quanto era a renda? Havia algum problema em dizer quanto era? Uma empresa pública tinha algum problema em mostrar o contrato de arrendamento a uma Comissão da Assembleia Municipal? Não entendiam! Pediram depois ao Sr. Vereador, continuavam a aguardar por isso, mas queriam que

essa questão ficasse clara porque a transparência perante os cidadãos era uma coisa fundamental para qualquer órgão. -----

----- Por fim, relativamente à Moção que apresentaram sobre o Iraque, disse que estavam na Assembleia Municipal de Lisboa, Capital de Portugal, e em qualquer órgão político era preciso que se discutisse também política para além de resolver os problemas concretos dos cidadãos do Município, e, neste caso, estavam perante uma realidade objectiva que levava ao grande descrédito sobre qualquer política e sobre qualquer político. É que Portugal foi envolvido no apoio a uma guerra internacional, decretada unilateralmente por dois países, que não passou na organização que os países do mundo assumiam como a sua organização mundial, a ONU, com o pretexto que era preciso invadir esse país, não só porque estava lá um ditador – e isso era verdade – mas também porque era preciso detectar e acabar com as armas de destruição maciça. -----

----- Em Portugal tal posição foi questionada ao Senhor Primeiro-Ministro, que afirmara, nos órgãos públicos, que tinha os dados certos de que existiam tais armas, aliás como disse o Primeiro-Ministro inglês e como dizia também aquele “rapaz” que mandava nos Estados Unidos apesar de ter perdido as eleições. -----

----- Ora, acontecia que essa guerra já acabou, o Iraque estava hoje na situação, como definia a ONU, de país militarmente ocupado por duas potências internacionais, e continuavam a aguardar que lhes mostrassem onde estavam as armas de destruição maciça. -----

----- Por isso, o que propunham era que isso ficasse claro para que a Cidade de Lisboa permanecesse na posição que tinha tido desde sempre, que era uma posição de luta pela paz, pela democracia e pela liberdade. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que o nome e a memória de Sérgio Vieira de Melo eram grandes demais para serem tomados como pretextos para ataques aos Estados Unidos e aos seus aliados. Cada coisa tinha o seu tempo, cada coisa tinha o seu momento. Se queriam discutir a política internacional, provavelmente não seria na Assembleia Municipal de Lisboa, mas deveriam deixar isso para outro dia, porque hoje tratava-se de homenagear Sérgio Vieira de Melo por aquilo que ele foi e representou. Por isso, o PPM só votaria qualquer Moção nesse sentido. -----

----- Sobre a Moção relativa ao Festival de Cinema Gay e Lésbico, disse que o PPM iria votar contra, usando as palavras que constavam da própria Moção, porque, de facto, não se tratava de uma questão tremendamente homofóbica mas sim uma questão de emprego de dinheiros públicos. -----

----- Dizia a Moção que a Câmara Municipal de Lisboa tem sido o principal patrocinador do evento a diversos níveis, sendo os valores atribuídos anualmente pela Câmara a esse festival superiores ao conjunto de todos os outros apoios públicos e privados, sendo por isso essenciais. Assim, perguntava se estaria na mesma situação o que a Câmara dava a entidades de apoio aos sem-abrigo, ou se havia alguma entidade que tratasse de crianças vítimas da sida a quem a Câmara fizesse a mesma coisa, ou,

ainda, se o Banco Mundial Contra a Fome era apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa da mesma maneira. Não era com certeza! -----

----- Portanto, por que era que os gays e lésbicas teriam que ter um regime especial? -

----- Por tudo isso, o PPM votaria contra. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que a recomendação que hoje apresentaram vinha no seguimento de uma outra aprovada em Maio de 2000, que o Executivo nunca cumprira, que ia no sentido de uma intervenção sistemática, coerente e tecnicamente suportada no sentido de eliminação e de combate dos pontos negros de sinistralidade da cidade. Estavam perto do Dia Sem Carros, da Semana da Mobilidade, havia várias iniciativas na defesa de uma mobilidade alternativa e de uma mobilidade de escala humana, morriam mais de quarenta pessoas por ano, em Lisboa, em acidentes rodoviários, e chamavam a atenção para isso. -----

----- Disse, depois, que a evidência da necessidade das medidas de erradicação e combate aos pontos negros de sinistralidade, que na Assembleia Municipal propuseram no plano institucional, levava já a que no plano da sociedade civil algumas associações, como a Associação do Cidadãos Automobilizados, desencadeasse ela própria um levantamento desses pontos, que depois apresentara à Câmara mas não merecera ainda da Câmara uma qualquer intervenção. -----

----- Isto porque as intervenções da Câmara faziam-se quando vinham notícias nos jornais, como recentemente acontecera quando morreu uma criança na Av. da República, junto à estação de comboios de Entrecampos, onde depois foram colocados à pressa uns muretes. Há mais de um ano, o então Vice-Presidente da Câmara garantira-lhe que estavam a acompanhar a questão tecnicamente no sentido de tomarem ali medidas, mas continuavam a não ter medidas. -----

----- A verificação da qualidade, ou de falta dela, da base de dados da Direcção Geral de Viação, de que na recomendação que apresentaram davam um exemplo, em que os nomes eram postos com diferentes referências, em que não era identificado o local na rua e, portanto, era tratada a Av. General Norton de Matos ao longo de toda ela como uma só coisa, não permitia, de facto, uma intervenção sistemática. -----

----- Contudo, hoje já havia tecnologia disponível que permitia fazer um levantamento e uma base de dados que evitava o erro como evitava e reduzia a introdução errada dos nomes e permitia a identificação concreta do local, em mapa, sobre cartografia, e em tecnologia disponível móvel, o que permitiria uma intervenção sistemática e coerente da identificação dos pontos negros de sinistralidade, para depois, com isso, se poder partir para uma intervenção tecnicamente sustentada no pontos negros da sinistralidade. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com o teor da Moção apresentada pelo PS, sobre a problemática que se vivia, desde há alguns a nos a esta parte, na Freguesia dos Anjos, concretamente frente ao Largo do Intendente e à intervenção nas zonas envolventes. -----

----- Disse que esse problema foi trazido à Assembleia por ele próprio, como Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, levantando a necessidade de uma

intervenção naquela zona, situação que, aliás, vinha sendo pedida há mais de dez anos. -----

----- Portanto, em primeiro lugar, aquilo que diria era que se congratulavam com o aparecimento de uma Moção do PS falando desse problema. Ficavam contentes que o PS tivesse descoberto o problema do Largo do Intendente, na Freguesia dos Anjos, situação que era já visível há mais de 10 anos. -----

----- Mas não podiam concordar com alguns aspectos referidos na Moção. Aliás, até havia uma contradição na redacção da própria Moção, já que quando se dizia que alguns problemas que agora se deslocaram devido à operação de requalificação em curso na zona, era porque desde logo se reconhecia que havia uma operação em curso. E então perguntava como enquadrar essa parte da Moção com a primeira linha, onde se dizia “não obstante o *show off*. Ou seja, não entendia o que se pretendia dizer com o *show off* nesta Moção, e não podiam aceitar isso. Ou seria que, no entender do PS, essa perspectiva de *show off* era o efectivo trabalho que se estava a fazer naquela zona da cidade? -----

----- Falando sobre a intervenção em curso, disse que estavam no terreno a trabalhar, desde as nove horas da manhã até às onze horas da noite, seis ONGs que estavam protocoladas com a Câmara, três intervindo na área da problemática da prostituição e outras intervindo na problemática da toxicodependência, estando envolvidos no terreno, diariamente, cerca de 70 técnicos. A intervenção iniciara-se no dia 21 de Julho, e durante um primeiro período que decorria desde essa data até 21 de Agosto, foram atendidos na zona do Largo do Intendente, cerca de 7.000 utentes, dos quais cerca de 700 foram reencaminhados. -----

----- Ora, se queriam dizer que isso era *show off* então percebiam essa primeira linha da Moção, mas se não era isso que era entendido como *show off* então não conseguiam inteligir essa expressão. -----

----- Mas desejava aproveitar o facto de estar no uso da palavra para se congratular, na medida daquilo que acabara de dizer, com a intervenção que estava a ser feita na zona da sua freguesia, pela Câmara Municipal de Lisboa. E congratular-se não só pela intervenção mas também pela forma como ela estava a ser feita e como foi planificada. Desde logo, pela capacidade que a Câmara teve para ir ao contacto com os seus munícipes no local próprio, através de reuniões que se sucederam no Largo do Intendente, concretamente no Sporting Clube de Intendente, com a população ali residente, em primeiro lugar auscultando o sentir das populações e, em segundo lugar transmitindo-lhes a forma como a Câmara iria intervir e concertando com as populações essa mesma intervenção. -----

----- Continuando, disse que a intervenção a que estavam a assistir, avaliada da forma que estava a ser feita no contexto de *show off*, era desde logo um desrespeito pelo trabalho que os técnicos estavam a fazer no terreno. Reconheciam, ainda assim, que as coisas levavam o seu tempo a ser feitas. Desde logo porque numa intervenção que de acordo com os dados recolhidos, que foram profusamente expandidos na comunicação social no último fim-de-semana e em que era relacionada a existência de cerca de 3.500 prostitutas e 5.000 a 6.000 toxicodependentes naquela zona da cidade, dizer-se

que ao fim de mês e meio de intervenção o problema tinha que estar resolvido: bom, isso só seria possível de uma forma, que estavam certos que nenhum Deputado Municipal com certeza queria que fosse essa, porque, das duas uma: ou se chegava e se escoraçava, à moda do passado, todas as pessoas que estavam naquela zona, tipo intervenção na Curraleira e Casal Ventoso, e elas iriam cair noutra zona da cidade como acontecera neste caso em que caíram na zona dos Anjos, ou então teriam que acertar que uma operação deste tipo nunca poderia ser avaliada, como se estava a pretender avaliar, ao fim de 30 dias de intervenção. -----

----- E isto porquê? Necessariamente que o compasso entre o momento do contacto com o toxicodependente e o momento em que ele aceitava as possibilidades que lhe eram conferidas de se integrar nas instituições e nos mecanismos que lhe eram propostos, levava algum tempo de pensamento até ao momento de chegar à acção, e, portanto, não podiam aceitar que uma abordagem a uma intervenção que estava planificada há mais de um ano pudesse ser avaliada nos escassos 30 dias em que ela decorreria. -----

----- Sabiam, e era verdade como dizia a Moção, que alguns toxicodependentes voltaram – não era vieram pela primeira vez – ao Jardim António Feijó, que circundava a Igreja dos Anjos, onde já estiveram há quatro anos atrás. Mas essa situação estava também prevista pelos técnicos, porque era óbvio que ao haver a intervenção e o fecho da zona do Largo do Intendente as zonas circundantes iriam ter a presença de toxicodependentes. E essa situação estava de tal forma prevista que nas reuniões em que teve oportunidade de estar com os técnicos, ficara logo delineado, pela Câmara Municipal, que a coroa de intervenção desses técnicos ir-se-ia alargando e ajustando, em cada momento, a essas realidades. Era assim que viam as equipas de rua que estavam a actuar inicialmente na Rua dos Anjos, na Travessa Cidadão João Gonçalves e no Largo do Intendente, fazerem hoje percursos como sejam a Rua da Bombarda, o Jardim António Feijó, o Regueirão dos Anjos, etc., o que significava que havia outras zonas que estavam vistas como possibilidade dos toxicodependentes para aí se deslocarem num futuro muito próximo. Mas já estava previsto que se eles chegassem lá essas equipas também lá iriam. -----

----- Disse, ainda, que a prostituição no Intendente era coisa que vinha dos anos quarenta, quando a prostituição que estava na zona da Rua dos Canos subira, devido à demolição da zona Martim Moniz, até ao Largo do Intendente, enquanto que o problema da toxicodependência estava ali situado há mais de dez anos, com um agravamento recente após o desaparecimento da Curraleira e do Casal Ventoso. -----

----- Este era um problema que era de todos, que não devia ser ali abordado de forma partidarizante, mas sim numa perspectiva de conjunto com todos rumando para o mesmo lado, e esse rumar para o mesmo lado nunca poderia ser na perspectiva de que o trabalho que as ONGs, de forma devotada, estavam a fazer pudesse ser entendido como *show off*. E, nessa perspectiva, a Moção tal qual estava não tinha condições para poder ser votada pelo PSD, mas convidavam o PS para considerar a possibilidade de que a Moção pudesse ter alterações que viessem a reconhecer a existência desse trabalho que estava a ser feito no terreno pelos técnicos, porque quanto ao mais

estavam de acordo: reforço do policiamento, quer pela PSP, quer pela Polícia Municipal, como também quando à necessidade de manter os trabalhos que os técnicos vinham fazendo, adequando-o, sempre que as circunstâncias provassem ser necessário, às novas realidades que se iam encontrando no terreno. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que desejava referir-se à questão ali colocada no período de intervenção do público pelo Presidente do Lisboa Clube Rio de Janeiro, na medida em que era uma luta não apenas da colectividade mas também da freguesia. E era da freguesia porque não se podia lidar com uma colectividade como se de um comerciante se tratasse. Essa questão foi colocada ao Sr. Presidente da EMEL para que a analisasse, porque a colectividade tinha que deslocar crianças, jovens e adultos, desportistas amadores de e para a sua sede e também carregar e descarregar alguns materiais. Aliás, quem conhecia as colectividades sabia que elas tinham esse trabalho de voluntariado, de desportivismo e de dedicação. -----

----- Portanto, apoiava o Presidente do Lisboa Clube Rio de Janeiro e desde já solicitava ao Sr. Vereador Pedro Feist, que percebia e conhecia a realidade das colectividades, que interviesse junto do Sr. Presidente da Câmara no sentido do assunto ser reanalisado e o Lisboa Clube Rio de Janeiro fosse contemplado como colectividade que era e não como actividade comercial. Estava certa que com o Sr. Vereador Pedro Feist conseguiriam resolver essa situação. -----

----- Sobre a questão colocada pelo munícipe Francisco Bernardo Cova Coelho relacionada com o EPUL Jovem, disse que estava presente na Sala o Presidente da Comissão Permanente de Habitação, da qual ela própria também fazia parte, e, de facto, a Comissão apresentara uma recomendação, que a Assembleia aprovara por unanimidade, no sentido de que se resolvesse esse problema. Mas parecia que o Presidente do Conselho de Administração de então fez ouvidos moucos, não respeitou e não o quis ajudar a resolver. -----

----- Aliás, o Presidente da Comissão contactara-o, ela própria foi testemunha disso, respondeu-lhe que o problema ia ser resolvido, mas esteve de férias, pelo vistos tinha mais que um mês de férias, e o certo é que não o resolveu. -----

----- Todavia, como estava agora na EPUL a Dra. Dina Vieira, esperava que ela ajudasse a resolver o problema da EPUL Jovem, como mulher certamente seria mais sensível a essas problemáticas, até porque era de inteira justiça que o problema fosse resolvido, para além do respeito que era devido à Assembleia Municipal que tomara uma decisão sobre a matéria. -----

----- Disse, depois, que percebia que em relação à Moção sobre a intervenção que estava a ser feita, na área do social, na zona do Intendente, apresentada pelo seu camarada, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, o orador anterior entendesse que não se adequava o termo *show off*. Só que, quando queriam defender um princípio não deviam usar o mesmo que os outros usavam, porque se o orador anterior entendia que *show off* era mau, escorraçar pessoas – que foi o termo efectivamente utilizado – era ofensivo, tanto mais que ninguém escorraçara pessoas, nem do Casal Ventoso, nem da Curraleira. -----

----- O que acontecia era que a toxicod dependência – que separava da prostituição – era uma problemática complicada e complexa. E não queria nesta sua intervenção deixar passar sem dizer que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, através dos serviços, tinha tido lá uma ação meritória. Depois, se se fez *show off* ou não, era outra história, isso não era consigo. Agora, fizera uma intervenção meritória! Mas quem trabalhava no social, e as técnicas sabiam disso com certeza porque chamaram a atenção da Sra. Vereadora, quando se trabalhava numa zona tinham que ser contempladas as zonas envolventes porque aconteciam, como se conhecia pelos estudos que existiam, situações que poderiam ocorrer e pôr em causa a forma como a população analisava e via essas pessoas, que eram iguais às demais porque um dia qualquer um poderia estar na situação delas. -----

----- Portanto, quando falavam nestas questões teriam que fazê-lo com cuidado, o *show off* referido na Moção não tinha nada a ver com os técnicos nem com as pessoas que lá trabalhavam mas com uma visão política da questão. Aliás, também acreditava que quando o orador anterior falara em escorraçar não quisesse dizer que os anteriores técnicos eram competentes e estes agora é que eram competentes. Se calhar alguns eram os mesmos, e não eram incompetentes com certeza. -----

----- Relativamente à Moção apresentada pelo PCP sobre a privatização dos serviços públicos, disse que tinha pena que o PCP não aceitasse distinguir alguns serviços públicos, porque o PS não era contra qualquer privatização. Era contra a privatização dos serviços de saúde, da segurança social e da própria EPAL que eram serviços essenciais e conseqüentemente não deveriam ser privatizados. Haveria outros sectores que no entender do PS podiam ser privatizados, mas nunca os serviços essenciais. E, se assim fosse, o PS estava disponível para votar essa Moção do PCP. Esses eram os ideais do PCP, que respeitavam, mas tinham pena que a Moção não pudesse ser aprovada, pelo menos por uma maioria de esquerda. -----

----- Por fim, pediu que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa continuasse a intervenção do social na zona do Intendente, mas que fosse alargando para que as populações não pudessem dizer que qualquer assalto ou qualquer problema era fruto dos toxicod dependentes, porque ela própria, há duas semanas, foi assaltada no cruzamento da Av. da República, com a Av. de Berna, cerca das 14 horas, porque se soube defender o ladrão não conseguiu os seus intentos, mas o certo era que se tratava dum homem de meia-idade, bem posto, que não dava qualquer sinal de toxicod dependência nem de alcoolismo. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para defesa da honra, referiu que unicamente queria clarificar o sentido em que foi utilizada a expressão escorraçar, para que não subsistissem dúvidas. -----

----- Disse, então, que quando referira a expressão escorraçar e contemplara a similitude com a situação da Curraleira e do Casal Ventoso, não se estava a referir, efectivamente, à intervenção dos técnicos, porque essa, no plano da intervenção social dessa época, não a encontrara. O tipo de intervenção da acção social que neste momento estava a ser feito, no Largo do Intendente, não foi encontrada na Curraleira

nem no Casal Ventoso, e, por isso mesmo, quando dizia escorraçados era porque se retiraram desses locais para um outro local da cidade e não tiveram, em devido tempo, o acompanhamento técnico devido. -----

----- Foi nesse sentido que utilizara a expressão escorraçar e não em qualquer outro! Portanto, não foi uma qualquer acção física directa, mas sim a ausência de intervenção no plano social. Porque se houvesse um planeamento de intervenção social essa deslocação não se teria dado, mas ter-se-ia dado para o local próprio, para o acompanhamento. -----

----- E quando se referia que a Câmara deveria envolver as zonas limítrofes, tinha a dizer que pelas reuniões que teve com a Câmara e com os técnicos, essa acção estava contemplada desde o primeiro momento. Ou seja, foi planeado pela Câmara, em coordenação com as ONGs respectivas, que a intervenção seria feita no local onde o problema se encontrava e seria readaptado, como estava a acontecer neste período de intervenção de mês e meio, às novas zonas onde tal fosse necessário. -----

----- Disse, ainda, que a questão dos pequenos furtos que era referida pela população, também ele próprio já havia sido vítima, por duas vezes, desses pequenos furtos na zona, mas a situação que aí se verificava não foi depois do início desta intervenção mas sim antes! Não havia um acréscimo de furtos na zona, mas sim um outro aspecto, que não era menos importante e interessava referir, que era que estando em curso uma acção as pessoas esperariam, se calhar, que no dia seguinte ou não início da próxima semana tivesse acabado o problema. Só que, como a Deputada Municipal Ana Sara Brito sabia muito bem, este problema não era um problema que se pudesse resolver num ou dois meses, mas era um problema para um tempo de intervenção necessariamente muito mais alargado. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra para dar explicações, disse que a palavra *show off* tinha uma análise política, enquanto que a palavra escorraçar, em português, significava com violência retirar as pessoas. Não se escorraçavam pessoas! -----

----- Na intervenção que foi feita, quer na Curraleira, quer no Casal Ventoso – e quem sabe do social sabia isso – também houve intervenção social, e não se escorraçara ninguém, tentara-se entender e compreender. E no social não se podiam comparar as situações porque elas não eram iguais. A situação da Curraleira, a situação do Casal Ventoso e a situação do Intendente eram situações sociais completamente diferentes, pelo que as intervenções teriam que ser também diferentes. Portanto, não havia uma intervenção/tipo no social que se aplicasse num determinado sítio e estava tudo resolvido, porque o ser humano era muito complexo. -----

----- Terminou dizendo que não tinha percebido se o PSD apoiava ou não a Moção, porque, se apoiava, desde já propunha que fosse retirado o *show off*, mas se não apoiava não propunha que fosse retirado porque o *show off*, sendo uma análise política, queria dizer que divulgaram tanto, tanto, tanto sem que a intervenção tivesse terminado, quando, infelizmente para as pessoas da zona, a intervenção teria que continuar e durante muito tempo. Se calhar terminavam o mandato e continuaria a haver ali problemas sociais e o *show off* foi entendido politicamente como se tivesse já

terminado a intervenção. Foi nesse sentido, nada mais, porque o PS reconhecia o trabalho. Tal como quando criticavam quando estava mal também diziam quando estendiam que estava bem. Fizeram isso nos mandatos anteriores e continuavam a fazê-lo neste mandato. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não ia entrar neste momento em diálogo sobre a expressão escorraçar porque ela era de interpretação múltipla e poderiam estar a vê-la sobre várias facetas, e quanto ao pedido de esclarecimento referiu que, como disse há pouco, havia alguns aspectos da Moção que não podiam ser apoiados pelo PSD. -----

----- Naqueles aspectos como o reforço policial na zona e o apoio da manutenção da obra que estava a ser feita pela Câmara Municipal de Lisboa, adequando-a aqui e acolá, em cada momento, às necessidades que fossem sendo encontradas, já disseram que estavam disponíveis para apoiar a Moção. -----

----- Sobre a expressão *show off* disse que cada um dava-lhe a interpretação que entendesse, o que era certo é que aquilo que tinha sido noticiado foi o arranque de uma grande operação que se ia alongar ao longo dos meses e não o termo de uma operação. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que depois do entendimento que ali expressara do que para o PS significava a expressão *show off*, retiravam essa expressão, mas pediam também que a palavra escorraçar, quando se referira ao Casal Ventoso e à Curraleira, fosse retirada do registo pelo respeito que os técnicos e as outras pessoas lhes mereciam. -----

----- Quanto ao último parágrafo disse que o reformulariam também se tal significava que o PSD votaria a favor. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por pedir a atenção da Assembleia para a questão do Instituto Adolfo Coelho, matéria ali colocada pela munícipe Maria Júlia do Carmo no período de intervenção do público, que tinha 35 utentes, pessoas portadoras de deficiência foram retiradas de um excelente local da cidade, que assim, de repente, se via privada desse local, não se sabia bem para que fins, em pleno coração da Freguesia de Carnide. Era de reconhecer da parte do Gabinete da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa as diligências que tomara junto do Ministro, e com certeza iriam tentar todos, em conjunto, ajudar a resolver a situação. -----

----- Relativamente à situação da EPUL Jovem II, disse que era realmente uma questão de injustiça. Foi aprovada, por unanimidade, pela Assembleia uma recomendação sobre essa matéria, pelo que apelava à Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Habitação, para tentar junto da EPUL a resolução desse problema, pois não fazia sentido que dum lado da rua fossem precisos cinco anos para poder vender o imóvel e do outro lado da rua apenas três. Era uma questão de coerência e de justiça que importava resolver. -----

----- Depois, disse que queria chamar a atenção que o Bairro da Quinta da Luz, próximo do Centro Comercial Colombo, estava ao abandono. Em Fevereiro do corrente ano o Sr. Presidente da Câmara inaugurara os parques de estacionamento, mas até hoje continuavam por fazer os arranjos à superfície. Ou seja, fez-se a inauguração do subsolo e no cimo continuava a lama e do pó, não existiam arruamentos, estava tudo por fazer desde essa data. -----

----- De resto, o mesmo acontecia com uma outra obra na mesma zona, concretamente o arranjo paisagístico da Rua Maria Velede, que foi iniciada mas, inexplicavelmente, estava parada e o bairro estava num caos. -----

----- Disse, ainda, que gostava de convidar os Deputados Municipais a visitar o quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, inaugurado no dia 13 de Junho passado, para com os seus próprios olhos, tal como dizia um cartaz que convidava a ver determinadas zonas da cidade, pudessem ver o que se passava nesse quartel, se estava em funcionamento em não depois da sua inauguração, pois não se viam lá bombeiros. -----

----- Seguidamente, perguntou se a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa poderia dar algum esclarecimento à Junta de Freguesia sobre o processo de realojamento da comunidade cigana do Vale do Forno, já que a Junta há vários meses que não tinha qualquer informação, assim como apelava também à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro do Património que desse alguma informação sobre o Plano de Urbanização Carnide/Luz, que há muito tempo aguardava pela aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, disse que ia fazer dois elogios à Câmara Municipal: -----

----- O primeiro ao Sr. Vereador Pedro Feist, em relação ao qual ele próprio ali mesmo contestara uma decisão sobre o polidesportivo do Bairro Padre Cruz, porque finalmente a Câmara reconhecera que o melhor era dialogar com as Juntas de Freguesia, e estavam a trabalhar em conjunto para resolução desse problema. -----

----- O segundo em relação à Feira da Luz porque também aí valia a pena reconhecer que era importante articular com as Juntas de Freguesia. Foi feito um trabalho em conjunto com a Câmara e com a Junta de Freguesia, a Junta apresentara um conjunto de propostas de alteração à referida feira, e convidada todos a visitá-la porque estava diferente, para melhor. Portanto, era bom que a Câmara tivesse consciência que era do trabalho em parceria com as Juntas de Freguesia e não de costas voltadas. Este era um exemplo disso, e por essa razão os seus parabéns ao Sr. Vereador Pedro Pinto que teve a coragem de trabalhar com a Junta de Freguesia. Seria bom que em todos os processos isso acontecesse. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Moreira (PSD)**, no uso da palavra, falando na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Segurança, disse que na Moção n.º 1 fazia-se uma recomendação para que a Comissão agendasse uma reunião com o responsável pelo Pelouro da Segurança na Câmara Municipal, e queria informar a Assembleia que a reunião já tinha sido solicitada e, como tal, não via qualquer razão para o que se referia nessa Moção. -----

----- Aliás, na última reunião, em que não esteve presente o Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo que era quem subscrevia essa Moção, foi decidido que, devido às férias de alguns membros da Comissão, não se agendasse nenhuma reunião para o mês de Setembro mas sim para o mês de Outubro, precisamente para que todos pudessem estar presentes. -----

----- Ainda estava com dúvidas, já falara com os colegas da Comissão e disseram-lhe que não percebiam o sentido dessa recomendação. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que apenas pretendia reforçar o que foi dito por dois munícipes que intervieram no período de intervenção do público sobre o prédio n.º 31 das Escolas Gerais, porque a comunicação social referia que o prédio estava a ser desmontado, mas o que efectivamente aconteceu foi que ele ruiu. Felizmente não estava lá ninguém, mas ruiu mesmo. -----

----- Trata-se de um prédio situado na fronteira entre as freguesias de São Vicente de Fora e Santo Estevão, e desejava reiterar as preocupações de meia dúzia comerciantes que ali tinham a sua forma de vida através da exploração de pequenos estabelecimentos de natureza familiar, porque da forma como aquilo estava não conseguiam funcionar como sempre funcionaram, com graves problemas para eles. --

----- Por isso, apelava à Câmara que tomasse esta questão em atenção, talvez vendo em casos semelhantes o que se costumava fazer, para que esses comerciantes não tivessem que fechar definitivamente, abandonando uma zona já com sérios problemas em termos de permanência das pessoas. -----

----- Por outro lado, a questão ali levantada hoje no período de intervenção do público por um dirigente da Cooperativa de Habitação Colina Jovem em relação a esse mesmo prédio das Escolas Gerais, tinha a ver com alguma miopia por parte serviços e por parte do Gabinete de Alfama, porquanto levantaram-se inúmeros problemas, até em termos da fachada, e hoje havia sérias dúvidas que a fachada se conseguisse recuperar porque o prédio ruíra interiormente. -----

----- Portanto, dado o perigo que ainda existia de em qualquer altura a fachada poder ruir para cima dos prédios que estavam em frente, era necessário, para além do trabalho que vinham fazendo em conjunto com a Câmara e a Protecção Civil, que fossem rápidos na resolução do problema, tomassem decisões com os técnicos, eventualmente até seguindo aquilo que era opinião das Juntas de Freguesia que era fotografar a fachada do prédio e depois reconstruí-la. Isso era mais barato, havia ali teimosias que não se percebia porquê, a Câmara nunca conseguira dar explicações porque havia técnicos a favor e técnicos contra, se calhar estava-se à espera que a fachada caísse, matasse alguém e depois iam todos com lágrimas de crocodilo lamentar que não tivessem feito aquilo na altura própria. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que queria dar algumas notas quanto às moções em apreciação, e começando pela primeira, do PS, relativa aos bombeiros, referiu que subscrevia o que foi dito pelo Presidente da Comissão Permanente de Segurança, que há pouco perguntava qual a razão dessa Moção. E a razão dessa Moção, quanto a si, só podia ser uma: a má

consciência pelo trabalho realizado. É que, de facto, o PS deixara não só as sedes dos bombeiros profissionais e voluntários num estado absolutamente decadente em termos de estruturas, como se fossem ver aquilo que tem sido levantado como questões pendentes para resolução por parte dos bombeiros, tinham um decreto-lei que vinha do tempo do Governo do PS; a formação profissional cuja questão era levantada a pelo STML desde 1992; uma regulamentação que vinha desde 1998; um quadro de pessoal que foi aumentado no tempo do PS e que o Sindicato considerava que foi um aumento assente em pressupostos falaciosos; um regulamento de promoções nas carreiras que era do tempo do PS; um adicional de 2% que vinha desde 1992; um protocolo com a ANA que datava do tempo do Dr. Jorge Sampaio, e, portanto, só podia ser entendida à luz de má consciência pelo trabalho realizado. -----

----- Disse que sabia que as expectativas que se punham sobre a actual Câmara eram elevadas, mas os Deputados Municipais do PS não poderiam esperar que ela, em dois anos, resolvesse aquilo que eles, nalguns casos, não conseguiram resolver em dez anos. -----

----- Sobre a Moção n.º 2 e a questão do *show off*, disse que não se iria pronunciar muito sobre a matéria porquanto ela já foi discutida substancialmente. Apenas realçava uma evolução no discurso do PS que lhe parecia assaz interessante: o PS, no início do mandato, começara por dizer que a Câmara Municipal de Lisboa não fazia nada, depois dizia que a Câmara não fazia nada e que era só *show off* e agora, como se podia ler na Moção, dizia que não obstante o *show off* já havia alguns resultados, pelo que certamente no final do mandato veriam alguns Deputados Municipais do PS dizer que afinal não era só *show off*, afinal “eles” até fizeram qualquer coisa. -----

----- Relativamente às moções apresentadas pelo PCP, disse que uma delas era quase que a tradicional cassete vermelha com que o Partido Comunista os brindava sempre que havia períodos de Antes da Ordem do Dia na Assembleia, fosse sobre a segurança social, fosse sobre as privatizações, fosse sobre o Código Laboral. Enfim, o CDS-PP votaria contra, como era óbvio. -----

----- Quanto à Moção sobre os fogos florestais, sugeriu uma alteração na sua redacção à bancada do PCP, designadamente na parte deliberativa, último ponto, no início da frase, ficando o ponto com a seguinte redacção: “Manifestar ao Governo a expectativa de que as populações sejam compensadas e que se leve à prática uma nova política florestal, tendo por base a legislação já aprovada na Assembleia da República”. Se essa sugestão fosse acolhida o CDS-PP estaria disposto a votar favoravelmente essa Moção. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção era reforçar um pouco o que foi referido pela Deputada Municipal Ana Sara Brito quanto à EMEL não ter dado ao Lisboa Clube Rio de Janeiro um lugar de estacionamento ou a entrada dentro da área condicionada, porque estava com o mesmo problema na sua freguesia em relação ao Grupo Desportivo Adicence, colectividade que existia há 87 anos na freguesia. -----

----- Disse que várias vezes tem ligado para a EMEL para falar com o Dr. António Monteiro porque o Dr. Diogo Homem dizia que não tinha condições para resolver essa situação, mas o que era certo era que o Adicence estava a pôr a carrinha nas docas, onde já uma vez lhe partiram o vidro. -----

----- Portanto, prestando o Grupo Desportivo Adicence um serviço à população da freguesia há já 87 anos, e necessitando de ter uma carrinha para transporte dos seus atletas, não encontravam razão para este impedimento agora. Aliás, a Dra. Dina Vieira solicitara às Juntas do bairro uma informação sobre quais eram as associações que tinham viaturas para que fosse aberta uma excepção para elas poderem entrar dentro do bairro e terem os respectivos carros parqueados. -----

----- De resto, como a Deputada Municipal Ana Sara Brito disse, as colectividades não podiam ser entendidas como agentes de comércio porquanto não tinham fins lucrativos, eram entidades de utilidade pública que agiam nas freguesias a custo zero, e, portanto, não era justo que fossem prejudicadas comparando-as a comerciantes porque, esses sim, tinham fins lucrativos. Aliás, para os comerciantes foi criada uma excepção porque pagavam o parque de estacionamento a cinco mil escudos por mês, mas para as colectividades não se criara nenhuma excepção, pelo que seria bom que o Sr. Vereador Pedro Feist pudesse olhar para este caso com melhor atenção. -----

----- **O Deputado Municipal Jaime Salomão (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção era de repúdio pela actuação da Câmara em relação à matéria versada na Moção do Bloco de Esquerda, porque, de facto, se não fosse o aparecimento dessa Moção na Assembleia essa questão da EPUL ficaria pura e simplesmente esquecida. -

----- Portanto, estavam diante de um comportamento da Câmara perante a Assembleia Municipal que liminarmente repudiava, pois a Assembleia Municipal é que era a verdadeira câmara que não podia ser esquecida, ignorada e menosprezada pelo órgão executivo do Município. -----

----- Se queriam fazer um jeito ao Sporting dando-lhe 120.000 contos por ano, que o dissessem abertamente, não era preciso fazer jogadas dessas! Porque se diziam agora que era apenas por quatro anos, estando a EPUL instalada onde presentemente estava há já muitos anos bem poderia esperar mais quatro anos, e a Câmara, que não nadava em dinheiro, reter essas verbas. Seria que era impossível a EPUL manter-se na actual sede durante mais quatro anos? -----

----- Disse, ainda, que a Comissão reunira com o Sr. Presidente da EPUL e este, questionado, respondera que não tinha os documentos mas que não eram 20.000 contos por mês. Nessa altura foi também dito que iriam entregar à Comissão a respectiva documentação, mas se não fosse o aparecimento desta Moção do Bloco de Esquerda nada disso apareceria nunca na Assembleia. Mas, mais triste ainda e verdadeiramente inadmissível, era que aparecessem agora com um documento quando o contrato já estava feito e a EPUL já estava a pagar desde Janeiro. -----

----- Por tudo isso, disse a terminar, como cidadão de Lisboa e como membro do PCP na Assembleia, repudiava liminarmente o comportamento da Câmara perante a Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento ao orador anterior e também à Mesa, disse que pela intervenção acabada de produzir se concluiu que a Moção n.º 5 estava prejudicada em virtude da informação que foi disponibilizada. -----

----- **O Senhor Presidente** questionou o Bloco de Esquerda se retirava a Moção face ao que acabava de ser referido, e tendo obtido como resposta que não, disse que a Moção se mantinha para votação. -----

----- Depois, terminadas que estavam as intervenções, disse que se ia passar à votação das moções e que as alterações que entretanto foram introduzidas seriam anunciadas na altura da votação de cada uma delas. -----

----- Informou também que os votos de pesar apresentados pelo PSD e pelo CDS-PP sobre a morte de Sérgio Vieira de Melo foram retirados porque houve consenso na redacção de um texto que unificava os vários sentimentos expressos na Assembleia, voto de pesar esse que desde já propunha fosse votado em último lugar. -----

----- Seguidamente, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PS, com as seguintes alterações: -----

----- Da primeira linha do primeiro parágrafo foi retirado: “Não obstante o *show off* inerente à” mantendo-se a restante redacção do parágrafo; -----

----- Do quarto parágrafo foi retirada a palavra “registado” que foi substituída pelas palavras “vindo a registar”; -----

----- Na parte deliberativa o primeiro ponto foi cortado sendo substituído por um outro com a seguinte redacção: -----

----- “1 – A manutenção da intervenção social que está em curso no Intendente adequando-a sempre que necessário a todas as zonas envolventes.” -----

----- A **Moção n.º 3**, apresentada pelo BE, a requerimento do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade; -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, PPM e BE, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD e do PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com a seguinte alteração: -----

----- Da parte resolutiva foi cortado o ponto 1 passando a ponto 1 o anterior ponto 2 e a ponto 2 o anterior ponto 3. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com a seguinte alteração: -----

----- Do parágrafo único da parte resolutiva foi retirado “considerando que os serviços” e acrescentado um “que” imediatamente a seguir a essenciais e antes de devem, ficando o parágrafo com a seguinte redacção final: -----

----- “Manifestar a sua firme oposição à política do Governo de privatização dos Serviços Públicos essenciais, que devem ser assegurados por uma gestão pública de qualidade e nunca submetidos à lógica do lucro.” -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo PCP, com a seguinte alteração: -----

----- Na alínea d) cortar, logo no início, “Exigir junto do Governo” substituindo essa frase por “Manifestar ao Governo a expectativa de ...” mantendo-se a restante redacção. -----

----- E acrescentar duas alíneas com a seguinte redacção: -----

----- “e) Enviar aos Grupos Parlamentares e ao Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. -----

----- f) Divulgar esta Moção junto dos órgãos de comunicação social e publicitar em dois jornais diários de grande circulação.” -----

----- A **Moção n.º 10**, que era um voto de pesar apresentado pelo CDS-PP, foi retirada, como já referira, porque se encontrara um texto consensualizado. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 11**, que era uma recomendação apresentada pelo PEV. -----

----- A **Moção n.º 12**, que era um voto de pesar apresentado pelo PSD, foi retirada pelas mesmas razões que foi retirada a Moção n.º 10, do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 13**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com a seguinte alteração: -----

----- Retirar o 2º, 3º e 4º parágrafos e os pontos 1 e 2 da parte deliberativa, passando o ponto 3 a ponto 1 e assim sucessivamente. -----

----- Os novos pontos 1 e 2 sofreram também alterações ficando um e outro com a seguinte redacção: -----

----- “1 Condenar veementemente todos os atentados terroristas que têm ocorrido no Iraque” -----

----- “2 Manifestar o seu profundo pesar por todos os que têm perdido a vida em diferentes atentados e incidentes. -----

----- Por fim, o **Senhor Presidente** procedeu à leitura do texto consensualizado para o Voto de Pesar pelo falecimento do diplomata Sérgio Vieira de Mello, subscrito por representantes de todas as forças políticas, cujo teor era o seguinte: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “A Comunidade Internacional assistiu no passado dia 19 de Agosto a mais um cobarde atentado terrorista, desta feita em Bagdade, e que vitimou o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas nesse país, o diplomata Sérgio Vieira de Mello.--

----- Várias são as afinidades que unem Sérgio Vieira de Mello ao Povo Português. Não só o facto de ser oriundo de um país irmão, como é o Brasil, mas sobretudo por ter ficado ligado a uma causa que mobilizou Portugal durante anos: a Independência de Timor Leste. -----

----- Sérgio Vieira de Mello era sem dúvida um diplomata de reconhecido mérito, com créditos firmados na luta pelos Direitos Humanos e pela Liberdade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2003 delibera: -----

----- 1 - Manifestar o seu profundo pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello e por todos os que perderam a vida nesse atentado; -----

----- 2 - Associar-se à posição da Câmara Municipal, para que seja atribuído o nome de Sérgio Vieira de Mello a uma artéria da cidade; -----

----- 3 - Dar conhecimento desta moção à Presidência da República, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à delegação das Nações Unidas em Lisboa e à Embaixada do Brasil em Portugal.” -----

----- Finda a leitura submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do aludido diplomata. -----

----- **O Senhor Presidente**, findas as votações, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 425/2003;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 444/2003;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 457/2003;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 463/2003;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 465/2003;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 468/2003;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 477/2003;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 182/2003;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 478/2003;** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 479/2003.** -----

----- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 12 – Balanço da abertura do ano lectivo 2003/2004 – Informação da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que se deveria entrar agora no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, essa questão merecera por parte da Conferência de Líderes e da Mesa uma discussão bastante demorada, já que, como era sabido, a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara só ontem de manhã foi apresentada na Assembleia Municipal para distribuição e, nesse sentido, a distribuição fizera-se apenas durante todo o dia de ontem e hoje de manhã. -----

----- Na Conferência de Líderes vários representantes puseram a questão por não terem tido tempo para fazerem a leitura do documento, e conseqüentemente não haver condições para se fazer hoje a sua apreciação. -----

----- E o que foi consensualizado, com carácter de excepção, fazendo um apelo claro e decisivo à Câmara Municipal no sentido de que a informação passasse a ser entregue à Assembleia com os devidos cinco dias de antecedência para que efectivamente houvesse tempo suficiente para o conhecimento e preparação por parte dos Grupos Municipais, foi que para obviar problemas legais ele abriria este ponto da Ordem de trabalhos, daria a informação e depois suspendê-lo-ia para ser retomado como primeiro ponto na segunda reunião desta Sessão, a realizar na próxima terça-feira. ----

----- Portanto, pedia à Câmara que tomasse em atenção esta questão em situações futuras, e, conforme acordado, encerrou o ponto um da Ordem de Trabalhos, abrindo para debate a proposta referente ao ponto seguinte. -----

----- PONTO 2 – PROPOSTA 425/2003 – APROVAR A DESAFECTACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA AS PARCELAS DE TERRENO IDENTIFICADAS COM OS NÚMEROS 1, 2 E 3, COM AS ÁREAS, RESPECTIVAMENTE, DE 484,61 M2, 7.253,31M2 E 1.567,31 M2, SITAS NO VALE DE SANTO ANTÓNIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N° 2 E DA ALÍNEA B) DO N° 4 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 425/2003 -----

----- “Considerando que o aproveitamento urbanístico da zona do Alto da Eira/Vale Escuro (AE/VE) prosseguido pela EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, ao abrigo do deliberado na proposta 84/79, determina a disponibilização completa dos terrenos em que o mesmo se desenvolve; -----

----- Considerando que por efeito das operações de demolição e limpeza que a EPUL tem vindo a efectuar na área de intervenção AE/VE, deixaram de existir determinados arruamentos nesse local; -----

----- Considerando que se torna necessário, em consequência, desafectar três parcelas de terreno do espaço do domínio público para o domínio privado do Município, não resultando do facto qualquer prejuízo para a circulação local, para posteriormente serem transmitidos à EPUL, na devida altura; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeta à Assembleia Municipal: -----

----- Desafectar do domínio público para o domínio privado da Câmara as parcelas de terreno identificadas com os números 1, 2 e 3, com as áreas respectivamente de 484,61 m2, 7.253,31 m2 e 1.567,31 m2, sitas no Vale de Santo António, orladas a cor de laranja, na cópia da planta n.º 03/067/02 do Departamento de Património Imobiliário, com o valor, apenas para efeitos de escritura, de 46.526,15 €, resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m2 de terreno. -----

----- Confrontações: -----

----- Norte - Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Sul - Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Nascente - Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Poente - Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Processo “E” 25/02 -----

----- Processo Privativo n.º 98/DPI/03” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 425/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 444/2003 – APROVAR A REDUÇÃO EM 50% DA TAXA DE OCUPAÇÃO MENSAL COBRADA AOS COMERCIANTES DO SECTOR V E LOJAS DA ALA NASCENTE DO MERCADO DA RIBEIRA, DURANTE A EXECUÇÃO DA EMPREITADA Nº 34/DAU/M/2001-“REBAIXAMENTO DA CAVE DA NAVE CENTRAL NASCENTE DO MERCADO DA RIBEIRA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 444/2003 -----

----- “Considerando que a Empreitada n.º 34/DAU/M/2001 – “Rebaixamento da Cave da Nave Central Nascente do Mercado da Ribeira”, adjudicada em 2 de Abril de 2003, se iniciou em 14 de Julho de 2003, conforme Auto de Consignação; -----

----- Considerando que esta obra, pela sua envergadura e características, poderá implicar a deslocação temporária de parte dos comerciantes do sector V do Mercado da Ribeira, e leva a um isolamento mais acentuado da zona comercial situada a nascente; -----

----- Considerando que estes comerciantes já se encontram em situação profundamente desfavorável desde Agosto de 2001, altura em que os comerciantes de hortofrutícolas, que exerciam actividade na zona comercial contígua à sua (nave nascente), foram deslocados provisoriamente para a nave poente, com áreas reduzidas, porque se previa o início da citada obra naquele mês, o que não se verificou; -----

----- Considerando que o prazo de execução previsto para a referida Empreitada é de doze meses; -----

----- Considerando o disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo das alíneas d) do artigo 16.º e e) do artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a redução em 50 % da taxa de ocupação mensal cobrada aos comerciantes do sector V e lojas da ala nascente do Mercado da Ribeira, durante a execução da Empreitada n.º 34/DAU/M/2001 – “Rebaixamento da Cave da Nave Central Nascente do Mercado da Ribeira”. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 444/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 457/2003 – APROVAR A TABELA DE TAXAS A APLICAR NO PAVILHÃO DA AJUDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 457/2003 -----

----- “Considerando o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), em 18 de Julho de 2003, relativo à cedência, por parte do IDP à CML, da gestão da exploração à CML da infra-estrutura desportiva denominada Pavilhão Desportivo da Ajuda, propriedade do IDP; -----

----- Considerando que nos termos do Protocolo supra referido, compete à CML arrecadar as receitas provenientes da gestão do Pavilhão, bem como informar o IDP do tarifário a praticar; -----

----- Considerando que as taxas a cobrar pela CML pela utilização do Pavilhão, não se encontram, previstas na actual «Tabela de Taxas e Outras Receitas», anexa ao Orçamento de 2003; -----

----- Considerando que, nos termos da alínea e), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2000, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte tabela de taxas a aplicar no Pavilhão da Ajuda, até ao final de 2003: -----

Tabela de Taxas – Pavilhão da Ajuda			
	Horário	Taxa (euros)	Período
Campos Laterais			
Estabelecimento de Ensino	das 08h00 às 18h00	4,45 €	Uma hora
Estabelecimento de Ensino	das 18h00 às 22h00	16,80 €	Uma hora
Desporto Federado		16,80 €	Uma hora
Outros utentes		20,00 €	Uma hora
Treino – Campo Central			
Estabelecimento de Ensino	das 08h00 às 18h00	13,40 €	Uma hora
Estabelecimento de Ensino	das 18h00 às 22h00	31,40 €	Uma hora
Desporto Federado		31,40 €	Uma hora
Outros utentes		35,00 €	Uma hora
Competição – Campo Central			
Desporto Federado		55,00 €	Jogo
Outros utentes		65,00 €	Uma hora
Utilização Global do Pavilhão			
Desporto Federado		60,00 €	Uma hora
Outros utentes – Actividades desportivas		125,00 €	Uma hora

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 457/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 463/2003 – APROVAR A PERMUTA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A SOCIEDADE MONTECHORO - S. A. PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO ALTO LUMIAR – PUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 463/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- É necessária a aquisição de terrenos para a execução do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar – PUAL, ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 126, de 24/09/1998, publicado no DR I -B, n.º 248, de 27/10/1998, e que, nos termos do art.º 10.º do Contrato Inominado celebrado entre a SGAL - Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, S.A. e a Câmara Municipal de Lisboa (CML), em 1984 e revisto em 1996 para execução do PUAL, esta está obrigada a transmitir à SGAL a totalidade dos terrenos abrangidos pela área de intervenção desta empresa naquele Plano; -----

----- A Sociedade Montechoro possui duas parcelas de terreno na Quinta de S. Gonçalo,” uma com a área de 122. 693 metros quadrados, denominada "Quinta da Cova do Monte, e outra com a área de 753 metros quadrados, necessárias à execução do referido Plano ; -----

----- Entre as partes foi celebrado o protocolo de acordo aprovado a coberto da Deliberação n.º 908/CM/97 publicada no Boletim Municipal n.º 203 de 06.01.98, no qual a CML reconheceu à Montechoro - S.A. direitos de construção a implantar em lotes a definir nos terrenos dessa empresa na Quinta de S. Gonçalo, no total de 73.500 metros quadrados, compreendendo as cedências e os terrenos necessários para a construção do Eixo Norte- Sul; -----

----- Uma das parcelas foi objecto de declaração de utilidade pública de expropriação com carácter de urgência ao abrigo do despacho de S. Exa. o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território proferido em 17-11-99, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da declaração n.º 417/99, publicado no D.R. II Série, n.º 292, de 17-12-99, com fundamento na necessidade de execução do Plano Especial de Realojamento - PER, criado pelo Decreto-Lei nº 163/93, de 7/05, alterado pelos DL nº 93/95, de 09/05 e pela Lei nº 34/96, de 29/08; -----

----- O PUAL determina, nos termos do nº 7 do artigo 28º, que as novas áreas edificáveis de uso habitacional são afectadas em 15% à construção de fogos de promoção pública para realojamento ou de habitações de custos controlados, pelo que o direito de edificabilidade reconhecido à Sociedade Montechoro no Protocolo de acordo acima identificado, terá de ser reduzido para 63.273 metros quadrados; -----

----- Nos termos do mencionado Protocolo, ficou a mesma Sociedade obrigada à realização das infra-estruturas identificadas no Desenho n.º C-01-0641 (Anexo ao referido Protocolo) encontrando-se algumas, actualmente, realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, no quadro do referido Contrato Inominado, face à urgência em prosseguir o programa de realojamento (PER 11); -----

----- O Contrato Inominado acima mencionado (celebrado entre a SGAL e a CML), prevê no artigo 10.º acima referido a possibilidade de redução da área de construção global para venda livre, desde que reduzidas proporcionalmente as contrapartidas a receber -----

----- Foram elaborados pela Unidade de Projecto do Alto do Lumiar, para a Quinta de S. Gonçalo, dois Projectos de Loteamento que prevêem lotes de venda livre nas áreas edificáveis, um para as áreas 22.1, 22.2, e outro para as áreas 22.3 e 22.4, assim designadas no Plano; -----

----- Nos termos do nº 1 do artigo 50º do Regulamento do PUAL, a delimitação mínima dos projectos de operação de loteamento urbano tem de corresponder às áreas edificáveis e que, no caso das áreas edificáveis 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4, estas contêm terrenos propriedade de outros sujeitos, pelo que os prédios da Sociedade Montechoro não podem ser objecto de uma operação de loteamento autónoma. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1- Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e da alínea i) do nº 2 do artigo 53º Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a autorização da permuta de bens presentes por bens futuros, com a Sociedade Montechoro – Empresa de Investimentos Turísticos, S.A., transmitindo esta à Câmara Municipal de Lisboa, a propriedade das duas parcelas de terreno, sitas na Quinta de S. Gonçalo, cujo valor

atribuído para efeitos de permuta é de 6 771 482, 79 euros, conforme a seguir se descrevem: -----

----- Prédio urbano sito na Quinta de S. Gonçalo, denominado “ Quinta da Cova do Monte”, com a área total de 122 693 metros quadrados, que confronta a Norte com Caminho para a Charneca, a Sul, com Estrada da Charneca, a Nascente, com Quinta do Vale e Poente, com Azinhaga de S. Gonçalo, e que constitui o prédio descrito na Quinta Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o nº 00169/19900704 da ficha da mesma freguesia, ali registado a favor da Montechoro-Empresa de Investimentos Turísticos, S.A., apresentação 18, de 1990/07/04 , inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia da Ameixoeira sob os artigos nº 34 e nº 54; -----

----- Prédio urbano sito na Azinhaga de S. Gonçalo, com a área de total de 753 metros quadrados, que confronta a Norte com a Azinhaga de S. Gonçalo, a Sul com serventias, a Nascente com Perpétua Carneiro dos Santos Preto e outros, a Poente com a Azinhaga de S. Gonçalo, e que constitui o prédio descrito na Quinta Conservatória do Registo Predial sob o nº 00168/040709, da ficha da mesma freguesia, inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Ameixoeira sob o nº 50; ---

Em permuta, a Câmara Municipal de Lisboa, transmitirá à Sociedade Montechoro, os futuros lotes de terreno, identificados no desenho nº C-01-1308, que constituirá um anexo ao contrato a celebrar, devidamente infraestruturados, com uma área bruta de construção acima do solo de 63 273 metros quadrados , cujo valor atribuído para efeitos de permuta é de 7 951 619,15 euros, resultando assim um diferencial no valor de 1 180 136,36 euros, valor a entregar em numerário pela Sociedade Montechoro à Câmara Municipal de Lisboa, à data da celebração da escritura de determinação. -----

----- 2 - Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e da alínea i) do nº 2 do artigo 53º Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta do contrato de permuta de bens presentes por bens futuros em anexo, sem prejuízo dos ajustamentos de redacção que se verifiquem necessários para a execução desta deliberação. -----

----- 3 - Submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e da alínea i) do nº 2 do artigo 53º Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a transmissão da parcela de terreno acima identificada, com área total de 122.693 metros quadrados, com o registo das seguintes hipotecas voluntárias, a favor do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa: -----

----- ap 13 de 1996/08/23, com o capital de 400 000 000,00 PTE, e o montante máximo assegurado de 590 000 000,00 PTE; -----

----- ap 17 de 1997/05/13, com o capital de 163 500 000,00 PTE e o montante máximo assegurado de 241 162 500,00 PTE; -----

----- ap 9 de 1998/02/11, com o capital de 220 000 000,00 PTE, e o montante máximo assegurado de 314 600 000,00 PTE; -----

----- As hipotecas atrás referidas serão canceladas após a emissão dos despachos de licenciamento dos loteamentos, conforme Declaração do Banco Espírito Santo

Comercial de Lisboa, que igualmente se anexará ao contrato de permuta, deste fazendo parte integrante.” -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, entregou na Mesa a seguinte declaração: -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Venho, por este meio, comunicar que não participarei na discussão e votação das propostas 463, 465, 468, 477, 478 e 479, de 2003, por motivos que se prendem com a minha participação, em regime de substituição, na reunião da Câmara Municipal em que as mesmas foram votadas.” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 463/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PEV, PPM e BE e a abstenção do PCP. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 465/2003 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA DE UMA PARCELA DE TERRENO, PROVENIENTE DE ANTIGOS LEITOS DE VIA PÚBLICA DESIGNADOS POR AZINHAGA DO PRETO E AZINHAGA DE SANTA SUZANA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, (PROCESSO PRIVATIVO Nº 114/DPI/03) AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 E DA ALÍNEA B) DO Nº 4 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 465/2003 -----

----- “Considerando que, para dar continuidade ao Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/98, publicado no Diário da República – Iª Serie-B, n.º 248, de 27/10/98, se torna necessário disponibilizar os terrenos em que o mesmo se desenvolve; -----

----- Considerando a existência de antigos leitos de via publica, designados por Azinhaga do Preto e Azinhaga de Santa Suzana, actualmente desactivados na zona identificada como "Área Edificável 14" no referido Plano; -----

----- Considerando que se mostra necessário, em consequência, desafectar a parcela de terreno do domínio publico para o domínio privado do Município, não resultando do facto qualquer prejuízo para a circulação local; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.* 6, alínea a) e 53º, n.* 4, alínea b) da Lei n.0 169/99, de 18 de Setembro, submeta a Assembleia Municipal: -----

----- A desafectação do domínio público para o domino privado da Câmara da parcela de terreno, com a área de 3.592,5 m2, proveniente de antigos leitos de via publica, orlada a cor amarela na cópia da planta n.º 03/100/02 do Departamento do Património Imobiliário, com o valor, para efeito de escritura, de 18.000,00 €, resultante de um valor simbólico de 5,00€/m2 de terreno. -----

----- Confrontações: -----

----- Norte e Nascente – CML -----
----- Sul e Poente - CML e Atlântico S.A. -----
----- Processo Privativo n.º 114/DPI/03” -----
----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 465/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----
----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----
----- **PONTO 7 – PROPOSTA 468/2003 – APROVAR A TRANSMISSÃO, A TÍTULO GRATUITO, À JUNTA DE FREGUESIA DA GRAÇA, DO PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA JOSEFA D’ÓBIDOS, NºS 3 A 7, FREGUESIA DA GRAÇA BEM COMO A PROMOÇÃO, PELO MUNICÍPIO, DAS OBRAS DE CONSERVAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, (PROCESSO PRIVATIVO Nº 127/DPI/03), AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 E DA ALÍNEA B) DO Nº 4 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----
----- PROPOSTA 468/2003 -----
----- “Considerando que: -----
----- Em 19SET1996 foi celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia da Graça o Protocolo que titulou a cedência àquela Autarquia, para prossecução dos respectivos fins, do rés-do-chão com entrada pelo nº 5 do edifício municipal sito na Rua Josefa d’ Óbidos, nºs 3 a 7, onde desde então está instalado um Centro de Convívio para a 3ª Idade; -----
----- Os restantes fogos do edifício, que àquela data estavam dados pelo Município em arrendamento habitacional, se encontram devolutos, tendo a Junta de Freguesia da Graça manifestado interesse na ocupação da totalidade do edifício, com vista à instalação da sua sede; -----
----- Actualmente a Junta de Freguesia da Graça tem a sua sede no 1º andar direito do nº 15 da Travessa de S. Vicente, cuja área é manifestamente insuficiente para aquele fim e se encontra em avançado estado de degradação; -----
----- Compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, deliberar sobre formas de apoio às freguesias; -----
----- O interesse histórico e arquitectónico do edifício determinou a sua integração no Inventário Municipal do Património (Anexo 1 do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa), onde surge descrito como "*edifício de habitação unifamiliar (Chalêt)*", facto que aconselha a sua preservação e afectação a uma utilização pública como a requerida pela Junta de Freguesia da Graça; -----
----- Face às supra referidas características arquitectónicas do edifício, é de toda a conveniência que as necessárias e urgentes obras de conservação e adaptação sejam promovidas pelo Município, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64º, nº s 1, alínea f) e 6, alínea b) e do artigo 53º, nº 2, alínea i), ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro: -----

----- Submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere autorizar a transmissão, a título gratuito, à Junta de Freguesia da Graça, do prédio municipal sito na Rua Josefa d' Óbidos, nºs 3 a 7, freguesia da Graça, com a área de 990,00 m², representado a verde na cópia da Planta nº 03/115/02 do Departamento do Património Imobiliário e destinado à instalação da sua sede, ao qual se atribui, para efeitos de escritura, o valor de € 607.374,00 (seiscentos e sete mil trezentos e setenta e quatro euros); -----

----- Aprovar a promoção, pelo Município, das necessárias obras de conservação e adaptação do edifício ao fim acima referido, cujo valor se estima em € 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil euros). -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Norte e Nascente: Rua Josefa d' Óbidos -----

----- Sul: Município de Lisboa -----

----- Poente: Prédios nºs 65, 67 e 69 da Rua da Graça -----

----- (Processo Privativo n.º 127/DPI/03)” -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por referir que esta proposta não veio acompanhada da cópia dactilografada do registo magnético da discussão havida na Câmara, e era normal que quando havia discussão as propostas a trouxessem anexa. -----

----- Depois, disse que se congratulava com esta proposta porquanto ela visava resolver um problema grave de uma freguesia que não tinha sede e ia passar a ter, felizmente, mas aproveitava também para, mais uma vez, recordar as muitas outras vezes que ali já tinha falado sobre a falta de uma sede, com dignidade, para a Junta de Freguesia de Marvila. Esperava que o Sr. Presidente da Câmara estivesse presente para deixar registado em acta aqueles compromissos que às vezes fazia a descer as escadas, mas que não ficavam registados, porque ele se comprometera de certa forma também a ter nas suas preocupações a resolução desse problema da Freguesia de Marvila. -----

----- Contudo, esperava que a Câmara, hoje representada pelo Sr. Vereador Pedro Pinto, registasse agora que iria assumir que uma das freguesias que tinha nas suas preocupações, em termos de sede para a Junta, era a Freguesia de Marvila. -----

----- Disse, ainda, que a Junta de Freguesia de Marvila já sugerira várias soluções, uma primeira era para a Av. Paulo VI, nas antigas instalações dos Magriços, que hoje estavam demolidas mas estava lá o lote de terreno; depois sugeriram outra no lote de terreno, entre a Av. Santo Condestável e a Av. Engº Ferreira Dias, cedido ao Montepio mas que depois voltara à posse administrativa da Câmara. Qualquer uma das situações lhes serviam, mas o que a Junta e a população de Marvila gostariam de ver definido, uma vez por todas, era, de facto, a decisão que a Câmara iria tomar, ser era um ou se era outro, até para que pudessem alimentar esse sonho e poderem

começar a trabalhar num projecto para que a terceira maior freguesia da cidade passasse a ter uma sede digna e em condições. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Vereador Pedro Pinto que dissesse qualquer coisa sobre a sugestão apresentada para a nova sede da Junta de Freguesia de Marvila. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, depois de se congratular pela unanimidade da Assembleia à volta desta proposta, disse que como era do conhecimento do Presidente da Junta de Freguesia da Graça não foi feita nenhuma promessa: no momento próprio fez-se a transmissão, fez-se a proposta que se trazia hoje à Assembleia para ser aprovada. -----

----- Em relação a Marvila disse que, na sua opinião, a freguesia merecia muito mais que a sede que tinha, achava até lamentável que ao longo dos últimos anos Marvila não tivesse sido reconhecida como uma zona de desenvolvimento necessário para ter uma sede correspondente com as necessidades da população. -----

----- Esteve na sede da Junta e tinha que reconhecer – o seu a seu dono – o grande esforço por parte das pessoas que estavam na Junta, as modificações que lá fizeram e as obras que realizaram. Por isso tinha que dizer que estava ao lado do Presidente da Junta de Marvila para tentar encontrar uma nova sede para a Junta porque a população de Marvila merecia ter uma sede mais digna. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que a sua Junta, situada nas Escadinhas de São Miguel, tinha 32 m2 onde se fazia o atendimento, onde se fazia a Secretaria e onde se fazia tudo no mesmo sítio, portanto era uma Junta que estava limpa mas faltava espaço. -----

----- O anterior Executivo, segundo um arquitecto do Gabinete, iria ceder à Junta um prédio na zona de São Pedro, n.º 21, para a nova Junta, a obra estava pronta desde Junho mas como a Câmara ainda não pagou ao empreiteiro o prédio não tinha electricidade e como não tinha electricidade o protocolo de transferência, que agradecia que fosse de doação, não estava feito. E, por isso, se calhar iriam fazer a mudança em Dezembro, porventura com chuva, porque a Câmara não honrara os seus compromissos pagando ao empreiteiro. -----

----- Portanto, agradecia que o Sr. Vereador Pedro Pinto tratasse da cedência desse prédio à Junta, porque lhe fazia falta. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, disse que a questão da discussão sobre a sede da Junta de Freguesia da Graça não lhe merecia nenhuma contestação, antes, pelo contrário, congratulava-se que a Câmara, de uma forma célere, tivesse resolvido esse problema. Mas esse processo de construção das novas sedes das Juntas deveria merecer da Câmara o mesmo tratamento em relação a todas as freguesias que tinham exactamente o mesmo problema, e relativamente à sua Junta de Freguesia gostaria de obter o apoio do Sr. Vereador Pedro Pinto e a mesma celeridade, para que a sua sede fosse finalmente edificada. -----

----- Ela, efectivamente, estava paga ao abrigo do Plano do Vale de Chelas porquanto estava incluída na empreitada, há dois anos deveria ter terminado a sua construção

mas ainda não estava concluída, aliás ainda nem sequer se iniciaram as obras. Este era um processo que trazia alguma perturbação à Junta na medida em que não sabiam se o edifício onde presentemente se encontrava era para continuar ou se seria para deitar abaixo. Portanto, alguma clarificação nessa matéria seria útil para todos. -----

----- Por conseguinte, deixava um apêlo no sentido de que todos esses processos fossem de alguma forma enquadrados, para que pudessem sentir uma resolução positiva na defesa dos interesses municipais da Cidade de Lisboa e naturalmente da sua freguesia. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que queria congratular-se com esta proposta, tal como fizera o seu camarada Presidente da Junta de Freguesia de São João, e também referir que era justo que a Câmara atribuísse, como neste caso de forma gratuita, instalações à Junta de Freguesia da Graça. Só que lhes parecia que os critérios deveriam ser revistos e atribuídos a todas as Juntas de Freguesia. A sua Junta também estava num edifício camarário, porque o edifício era pequeno tinham que utilizar, para além do rés-do-chão, também a cave e o segundo andar, e, portanto, o que solicitava era que os critérios fossem atribuídos da mesma forma e que fosse revista a situação da Junta de Freguesia dos Prazeres, isto é, que fosse revista a renda que pagavam atempadamente. -----

----- Disse, depois, que na sua última intervenção na Assembleia Municipal referira que o imóvel que estava por cima da biblioteca da Junta de Freguesia dos Prazeres, portanto num segundo andar do qual pagavam renda à Câmara, continuava por arranjar, continuava a chover na biblioteca e parecia que a Câmara continuava sem saber onde estavam as chaves do terceiro andar desse edifício, que era seu. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 468/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 477/2003 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRUTURA VERDE LOCAL DAS JUNTAS DE FREGUESIA: ALCÂNTARA, SANTA MARIA DE BELÉM, SANTOS-O-VELHO E SÃO FRANCISCO XAVIER”, NOS TERMOS DA PROPOSTA , AO ABRIGO DO N° 6 DO ARTº. 22º DO DECRETO-LEI N° 197/97, DE 8 DE JUNHO, CONJUGADO COM A ALÍNEA R) DO N° 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 477/2003 -----

----- “Considerando: -----

-----I. Que é necessário assegurar a manutenção e conservação dos espaços verdes integrantes da estrutura verde local das Juntas de Freguesia de Alcântara, Santa Maria de Belém, Santos-o-Velho e São Francisco Xavier; -----

----- II. Que o prazo de execução do fornecimento é de 12 meses, prorrogável por iguais períodos, nas mesmas condições, até ao limite de três anos; -----

----- III. Que o valor total máximo possível dos trabalhos a desenvolver no âmbito do presente fornecimento de serviços, se estima, com exclusão do IVA, em € 560 716,20 (quinhentos e sessenta mil setecentos e dezasseis euros e vinte cêntimos), correspondente ao valor anual de € 186 905,40 (cento e oitenta e seis mil novecentos e cinco euros e quarenta cêntimos), acrescido das eventuais prorrogações do respectivo prazo de execução; -----

----- IV. Que o encargo total do fornecimento terá enquadramento no orçamento camarário do ano de 2003 e seguintes, na rubrica 09.01.02.02.25 – 05/03/A102/01; ----

----- V. O parecer da DMFPCG/DPPC contido na Infº nº 1213/2002/DAPP/DPPC; ----

----- VI. Que, nos termos dos artºs 90º, n.º 1, e 108º, nºs 1 e 3, do artigo 108º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, compete à Câmara, enquanto órgão competente para autorizar a despesa, designar o júri do concurso e realizar a audiência prévia dos concorrentes, podendo contudo delegar esta competência no júri. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1º Autorizar o lançamento do concurso público relativo ao Fornecimento de Serviços de “Manutenção e Conservação de Espaços Verdes integrantes da Estrutura Verde Local das seguintes Juntas de Freguesia: Alcântara, Santa Maria de Belém, Santos-o-Velho e São Francisco Xavier”; -----

----- 2º Designar para integrar o júri do concurso público os seguintes elementos: ----

----- Presidente: Dra. Glória Sarmento, da Divisão de Aprovisionamentos da Direcção Municipal dos Serviços Centrais. -----

----- 1º Vogal Efectivo: Albertina Morgado, da Divisão de Jardins. -----

----- 2º Vogal Efectivo: ATA Bruno Tiago de Campos Mugeiro, da Divisão de Jardins. -----

----- O 1º Vogal Efectivo substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos. ----

----- 1º Vogal Suplente: Armando Pereira da Silva, Divisão de Aprovisionamentos da Direcção Municipal dos Serviços Centrais . -----

----- 2º Vogal Suplente: ATA João Paulo Marques Matos do Carmo, da Divisão de Jardins. -----

----- 3º Delegar no júri do concurso a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes. -----

----- 4º Submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos nos termos do n.º 6 do art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho. -----

----- 5º Anular a Proposta de lançamento de concurso com o mesmo objecto, anteriormente aprovada em reunião de Câmara.” -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a proposta referia: “aprovar a repartição de encargos do concurso público relativo ao fornecimento de serviços de manutenção e conservação de estrutura verde das Juntas de Freguesia”, e a dúvida que tinham era se essas estruturas verdes eram das Juntas de Freguesia ou era um concurso de uma estrutura verde que era municipal para as Juntas de Freguesia. -----

----- A um aparte imperceptível do Sr. Vereador Pedro Pinto, respondeu: ok, obrigado.

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 477/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PSD, CDS-PP, PEV, PPM e BE e a abstenção do PCP. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 182/2003 – APROVAR A CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO N.º 2 E ALÍNEA E) DO N.º 4 DO ARTIGO 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, em ponto de ordem à Mesa, disse que o PS propunha que a apreciação desta proposta passasse para a próxima reunião desta Sessão, porquanto queriam ainda aprofundar alguns dos seus aspectos. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, também em ponto de ordem à Mesa, disse que o Parecer da Comissão foi-lhes entregue hoje, havia algumas propostas que gostariam de apresentar e tinham que analisar no concreto porquanto a proposta 182/2003 era muito complexa e de grande interesse para a Câmara, para os trabalhadores da Câmara e para a cidade. -----

----- Nesse sentido, o PCP também propunha que a sua discussão fosse adiada para a próxima reunião desta Sessão. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, igualmente em ponto de ordem à Mesa, disse que se duas das forças políticas com grande expressão na Assembleia Municipal pretendiam aprofundar a matéria, o PSD não via objecção a que isso fosse feito. -----

----- Recordava, apenas, que esta tinha sido uma matéria bastante escarpada em sede de Comissão. Já o havia sido antes do Verão, altura em que foi pedida a baixa da proposta à Comissão, mas esperavam que algo de substancial resultasse de tanta reflexão sobre a matéria. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que se poderia considerar consensual o adiamento da discussão e votação desta proposta para a próxima reunião desta Sessão, já convocada para o próximo dia 23, sendo, em princípio, o segundo ponto da Ordem de Trabalhos. -

----- **PONTO 10 – PROPOSTA 478/2003 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES INTEGRANTES DA ESTRUTURA VERDE LOCAL DAS JUNTAS DE FREGUESIA, NÃO PROTOCOLADAS, CORAÇÃO DE JESUS, MÁRTIRES, S. CRISTOVÃO E S. LOURENÇO, SANTIAGO, SANTO ESTEVÃO, SANTA JUSTA, S. MAMEDE, S. MIGUEL, S. PAULO E SÉ, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ART.º 22º DO DECRETO-LEI N.º 197/97, DE 8 DE JUNHO, CONJUGADO COM A**

**ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO,
COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ----

-----PROPOSTA 478/2003-----

----- “Considerando: -----

----- I. Que, por deliberação tomada por unanimidade em 11 de Dezembro de 2002, a Câmara aprovou a Proposta nº 728/2002, nos termos da qual autorizou a abertura do concurso público relativo ao procedimento nº 40/DMIL/DFCEP/02 – “Manutenção e Conservação de Espaços Verdes integrantes da Estrutura Verde Local das seguintes Juntas de Freguesia não protocoladas da Divisão Central: Coração de Jesus, Mártires, São Cristovão e São Lourenço, Santiago, Santo Estevão, Santa Justa, São Mamede, São Miguel, São Paulo e Sé”, com um prazo de execução de 12 meses, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos; -----

----- II Que o valor base então indicado foi de € 46.725,00, com exclusão do IVA, e reportava-se apenas ao período inicial, não obstante nela se fazer referência ao enquadramento orçamental para os anos de 2003 e seguintes; -----

----- III. Assim, que o valor total máximo possível dos trabalhos a desenvolver no âmbito do presente fornecimento de serviços, se estima, com exclusão do IVA, em € 140.175,00 (cento e quarenta mil euros, cento e setenta e cinco euros), correspondente ao valor anual de € 46.725,00 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco euros), acrescido das eventuais prorrogações do respectivo prazo de execução; -----

----- IV. Que o encargo total do fornecimento terá enquadramento no orçamento camarário do ano de 2003 e seguintes, na rubrica 09.01.02.02.25 – 05/03/A102/01; ----

----- V. O parecer da DMFPCG/DPPC contido na Infº nº 1214/2002/DAPP/DPPC; ----

----- VI. A conveniência em que a audiência prévia dos concorrentes seja feita pelo júri do concurso. -----

----- VII. Finalmente, que se mantêm válidos os restantes considerandos da Proposta nº 728/2002; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1º Confirmar a aprovação da abertura e lançamento do Concurso Público relativo ao Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes integrantes da Estrutura Verde Local das seguintes Juntas de Freguesia, não protocoladas: Coração de Jesus, Mártires, São Cristóvão e São Lourenço, Santiago, Santo Estevão, Santa Justa, São Mamede, São Miguel, São Paulo e Sé. -----

----- 2º Alterar a composição do júri do concurso público, face à mobilidade de alguns dos funcionários indicados anteriormente, para os seguintes elementos : -----

----- Presidente: Dra. Glória Sarmento, da Divisão de Aprovisionamentos da Direcção Municipal de Serviços Centrais -----

----- 1º Vogal Efectivo: Engª Maria José Cabrita da Silva, da Divisão de Jardins -----

----- 2º Vogal Efectivo: Bruno Tiago de Campos Mugeiro, da Divisão de Jardins -----

----- O 1º Vogal Efectivo substituirá a Presidente nas suas faltas ou impedimentos. ----

----- 1º Vogal Suplente: Armando Pereira da Silva, da Divisão de Aprovisionamentos da Direcção Municipal de Serviços Centrais -----

----- 2º Vogal Suplente: Engº João Paulo Marques Matos do Carmo, da Divisão de Jardins -----

----- 3º Delegar no júri do concurso a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 3 do artigo 108º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- 4º Submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos, nos termos do n.º 6 do art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho. -----

----- 5º Anular a Proposta de lançamento de concurso com o mesmo objecto, anteriormente aprovada em reunião de Câmara.” -----

----- **O Deputado Municipal Vasconcelos Maia (PS)**, no uso da palavra, disse que em nome do PS, mas principalmente em seu nome como eleito local na Freguesia de São Miguel há cerca de 25 anos, portanto uma pessoa que estava diariamente, ano após ano, em contacto com tudo o que se passava na freguesia em termos da questão dos espaços verdes, pretendia referir que numa freguesia onde não havia grandes espaços verdes, como era o caso de São Miguel onde havia só o Miradouro de Santa Luzia, mais correctamente designado por Jardim Júlio Castilho, e esta proposta dizia respeito exactamente ao Jardim Júlio Castilho, do qual a Câmara Municipal, até há cerca de seis ou sete anos atrás, tomava conta, tendo três senhoras a tratar do ordenamento desse jardim. Poderia ter havido alguns lapsos, mas ele era efectivamente um espelho dum jardim bem tratado. -----

----- Porém, depois, as senhoras começaram a envelhecer, havia dificuldades de pessoal na Câmara, e houve, de facto, uma reformulação na gestão desse espaço público, passando então, de há seis anos a esta parte, o jardim a ser tratado pela gestão privada, mas, a seu ver, muito mal tratado. -----

----- A determinada altura, aquando da descentralização de competências na área dos espaços verdes, através dos protocolos, pensaram na Junta de Freguesia firmar esse protocolo. Mas tinham algumas dúvidas porque era a primeira vez, a Junta é uma Junta pequena sem os *plafonds* financeiros que têm outras Juntas grandes, que inclusivamente podiam desviar verbas de outros sectores para os espaços verdes, e, de facto, não fizeram esse protocolo. Portanto, só lhes faltava essa questão, fazerem o protocolo para gerir aquele espaço, que, para si, era dos mais bonitos de Lisboa. -----

----- Por essa razão, solicitava ao Sr. Vereador Pedro Pinto, que nesta altura substituíria o Sr. Presidente da Câmara, que a Freguesia de São Miguel fosse retirada da proposta e se estudasse, em conjunto, uma forma nova para se gerir esse jardim, porque todo o turista que visitava o Castelo e que depois descia por Alfama passava por ali e esse jardim era muito bonito desde que bem tratado. -----

----- Por exemplo, havia lá uma rega gota-a-gota que a Câmara pusera a funcionar mas que não funcionava desde que o privado assumira a gestão do jardim, como havia um conjunto de situações que a Câmara, em parceria com a Junta de Freguesia, deveria encontrar uma forma mais correcta para gerir. -----

----- Terminou, reiterando que a Freguesia de São Miguel fosse retirada desta proposta, se bem que a Presidente da Junta, que estava presente, pudesse dizer algo sobre a matéria. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, disse que Alfama era fácil de amar, mas quando chegavam ao miradouro sentiam o coração apertado quando olhavam para os azulejos roubados ou para o chão, mas aí já não era só culpa dos marginais que por lá passavam mas também das raízes das árvores que iam dando cabo dele e por isso precisava de ser substituído. -----

----- Portanto, o Jardim Júlio Castilho era um jardim pequeno, a sua grandeza era o miradouro que o suportava e que estava subjacente à Muralha Fernandina, mas precisava de uma intervenção grande e a Junta de Freguesia não tinha meios técnicos nem financeiros para a fazer. -----

----- Em relação ao jardim, disse que certamente o Sr. Vereador Pedro Pinto se recordava que na altura em que negociaram os protocolos ela lhe mostrara vontade de fazer um protocolo com uma associação do bairro, que tratava em ambulatório doentes do foro psíquico, e que uma das vertentes era precisamente a jardinagem. -----

----- Referiu que havia mais uns quantos jardins pequeninos dentro do bairro, nomeadamente o Largo da Palmeira, recentemente intervencionado pelo Eng^o Silva Ferreira, que precisava ser regado; as Escadinhas de São Miguel também tinham dois canteiros grandes que precisavam de ser tratados e, portanto, a Junta gostava de fazer esse protocolo com essa associação e gostavam de protocolar com a Câmara a delegação de competências nessa matéria. Na altura não tinha espaço para guardar as alfaias necessárias para tratar os jardins porque a sua Junta, como há pouco referira, tinha 30 m², mas agora como havia a disponibilização de um espaço na Rua do Castelo Picão poderiam aí guardar as alfaias e então manter os jardins e os canteiros da Freguesia como devia ser. -----

----- Portanto, concordava com o orador anterior porque, se calhar, tratados pela Junta teriam outro envolvimento. Não estava a querer dizer que tratavam melhor mas que certamente andando em cima das coisas e elas correriam melhor. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que gostava-se de Alfama mas gostava-se também muito do Bairro Alto, e se era certo que a sua colega de São Miguel pedia que fosse retirada da proposta a sua freguesia, a sua observação ao Sr. Vereador Pedro Pinto era justamente que ele se tinha esquecido de colocar na proposta a Freguesia da Encarnação. -----

----- Quando seria que o lindo Jardim de São Pedro de Alcântara, que recebia inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros, era recuperado? Não a incomodava que, neste caso, fossem os privados porque até agora esse jardim tinha sido mal tratado, mas tinha esperança que viesse a ser recuperado e bem tratado, o primeiro e o segundo piso. Aliás, estava na Câmara um projecto desde 1997, feito pelos próprios serviços da Câmara, que foi depois recriado em 2000 e apresentado ao actual Executivo. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Vereador Pedro Pinto que se lembrasse do Jardim de São Pedro de Alcântara, na Freguesia da Encarnação. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que há pouco, noutra proposta

semelhante, questionara se era das Juntas ou para as Juntas e o Sr. Vereador Pedro Pinto respondera que era para as Juntas. Nesta proposta parecia-lhe que a questão estava mais clara, se bem que a redacção mais correcta seria “nas” seguintes Juntas de Freguesia e não “das” seguintes Juntas de Freguesia. -----

----- Disse, depois, que já houve duas intervenções com sentido idêntico e ambas relativas à Freguesia de São Miguel, e considerando que existia por parte dessa Junta interesse em ser ela a gerir esse espaço verde, de forma protocolada, propunha à Câmara que, considerando o interesse da Junta de Freguesia de São Miguel, que pudesse haver um protocolo com essa Junta para a gestão desse espaço verde da freguesia, tal como existia, aliás, com outras freguesias da cidade. -----

----- Em relação às outras Juntas de Freguesia, como nenhuma levantara objecções, com certeza estavam de acordo com a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que nesta como na outra proposta houve grande baralhação, porque quando a Mesa disse “para as Juntas de Freguesia” não era isso. O que estava mal era mesmo a palavra “Juntas”, mais nada!---

----- Isto porque o que a Câmara estava a tentar fazer era entregar aos privados os espaços verdes que estavam nessas freguesias. Portanto era preciso que ficasse registado que aquilo que estava em causa, e que quanto a si seria fácil os serviços fazerem, era que antes de se apresentar uma proposta colectiva para a entrega dos espaços verdes aos privados se tivesse conversado com as Juntas de Freguesia para saber aquelas que queriam ser elas próprias a gerir esses espaços, e então depois apresentar-se uma proposta apenas com aquelas que não queriam ser elas a gerir. -----

----- Por outro lado, com a saída da Freguesia de São Miguel a proposta começava a ficar em causa dado que os valores não podiam ser aqueles que estavam indicados, e com certeza mesmo que entrasse a Freguesia da Encarnação os valores continuavam a não ser os mesmos porque os espaços em causa eram diferentes. -----

----- Portanto, o que sugeria, embora não soubesse se tal era possível ou não, era que o Gabinete do Sr. Vereador Pedro Pinto fizesse um contacto com as Juntas de Freguesia para, a partir do protocolo de delegação de competências, saber quais eram aquelas que queriam gerir os seus espaços verdes, e depois vir à Assembleia Municipal uma proposta com as freguesias que não estavam protocoladas. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que quando pronunciara “para” foi porque lhe pareceu haver um consenso entre a questão que era posta pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha e o Sr. Vereador Pedro Pinto: a alteração “de” para “para”. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por responder à Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel e ao Deputado Municipal Vasconcelos Maia, dizendo que se agora a Junta entendia que tinha condições para fazer um protocolo para assumir a responsabilidade do tratamento do Miradouro de Santa Luzia, pessoalmente também preferia que fosse a Junta a fazer esse trabalho pelo que já falara com os serviços para articularem a feitura do protocolo. -----

----- Mas, obviamente, não seria por se fazer esse protocolo que inviabilizariam todo o resto da proposta, porque era relativamente fácil à Câmara, na negociação que ia fazer com a entidade que ia ficar com a exploração, retirar o valor que correspondia ao Miradouro de Santa Luzia. -----

----- Quanto à intervenção da Deputada Municipal Ana Sara Brito, disse que ela teria uma surpresa muito em breve já que a questão do Jardim de São Pedro de Alcântara estava para despacho. -----

----- Sobre o que foi dito quanto ao facto de algumas Juntas de Freguesia poderem estar agora interessadas em fazer ou acrescentar protocolos, disse que todos sabiam quantos protocolos foram feitos e o caminho que se seguiu. Aliás, não tinha inventado nada! O que estava ali proposto não foi uma invenção da Câmara! Portanto, em bom rigor não se podia dizer, como de alguma forma se podia interpretar das palavras do Deputado Municipal Vítor Agostinho, que a Câmara estava a passar para os privados algo que podia ser feito pelas Juntas de Freguesia. Não era isso porque esses protocolos já existiam do passado, eram protocolos que tinham que ser renovados a tempo e horas porque os jardins não esperavam para ser tratados. -----

----- Mas acrescentava que havia abertura por parte da Câmara para aceitar, em princípio, quando as Juntas solicitassem o alargamento das áreas de intervenção que já tinham ou quisessem agora começar com áreas de intervenção em termos de espaços verdes, porque era mais correcto que fossem as Juntas a fazer esse trabalho do que ele ser passado para os privados, tendo em conta a proximidade dos cidadãos e até a responsabilidade diferente que tinham de uma entidade privada quando tratavam dessas questões. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 478/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PSD, CDS-PP, PEV, PPM e BE e a abstenção do PCP. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 11 – PROPOSTA 479/2003 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA : “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS DISPERSAS DA CIDADE DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/97, DE 8 DE JUNHO, CONJUGADO COM A ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 479/2003 -----

----- “Considerando que se torna imperioso e urgente proceder ao fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa. -----

----- Considerando que a denominação do procedimento supra identificado, constante do proposta de deliberação n.º 610/CM/2002, aprovada em reunião da Câmara de 13

de Novembro de 2002, é a correspondente a ‘Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas do Parque Florestal de Monsanto’. -----
----- Considerando que o Júri do Concurso (Proc. n.º 69/CP/02), tinha sido designado pela mesma deliberação. -----
----- Considerando que na sequência da aprovação da Estruturação Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, publicada no ‘Diário da República’, II Série, de 21 de Novembro de 2002, elementos da ex-DCCA, ora designada ‘Divisão de Aprovisionamentos’, que integravam o Júri transitaram para outros serviços municipais. -----
----- Considerando ainda que, na designação dos elementos do Júri a mesma deverá contemplar, de modo expresso, a faculdade que assiste à entidade competente para autorizar a despesa de delegar no respectivo Júri a realização da audiência prévia, nos termos do disposto no art.º 108º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----
----- Considerando que a omissão de tal situação acarreta graves inconvenientes de natureza procedimental, pois que, implica a devolução do processo ao serviço promotor do concurso, para que o submeta de novo à entidade competente que autorizou o seu lançamento, resultando deste facto, a emissão de um novo acto administrativo e consequentes atrasos, passíveis de comprometer a conclusão do processo, bem como, a conclusão do mesmo em tempo útil. -----
----- Considerando a aprovação das “Grandes Opções do Plano 2003-2006 “, bem como, a alteração dos códigos de classificação económica das receitas e despesas públicas, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. -----
----- Considerando que o prazo de execução deste fornecimento de serviços é de um ano, prorrogável por igual período de tempo, até um limite de quatro anos. -----
----- Considerando que o valor anual estimado para o presente concurso público internacional é o correspondente a 140.000,00 € (cento e quarenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa de 19%, no valor de 26.600,00 €, perfazendo o total de 166.600,00€. -----
----- Considerando que o valor total, para o presente ano até ao triénio civil subsequente, é de 560.000,00 € (quinhentos e sessenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa de 19%, no valor de 106.400,00 €, perfazendo o total de 666.400,00 €. -----
----- Considerando ainda, o parecer veiculado na Inf. n.º INF/271/03/DM . -----
----- Considerando todo o supra exposto e atento designadamente, o disposto nos art.º 90º n.ºs 1 e 2, art.º 108º n.ºs 1 e 3, todos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, art.º 11º do Regulamento de Orçamento da CML para o ano de 2003 e ainda art.ºs 1º e 2º do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. -----
----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere alterar a Proposta 610/2002, aprovada por unanimidade em reunião de 13.11.2002, nos termos seguintes: -----
-----1 - Seja alterada a denominação do presente concurso público internacional para: “Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da Cidade de Lisboa ”. -----

-----2 - Seja alterada a composição dos elementos do Júri do procedimento identificado em epígrafe, sendo este constituído nos seguintes termos: -----

----- Presidente: Dr.^a Glória Sarmento -----

----- 1º Vogal Efectivo: Eng.º Rui Simão -----

----- 2º Vogal Efectivo: Eng.º Luís Domingues -----

----- 1º Vogal Suplente: Eng.^a Teresa Zeverino -----

----- 2º Vogal Suplente: Dr.^a Tatiana Santos Silva -----

----- O 1º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, nos termos do n.º 2 do art.º 90º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3º do art.º 108º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, seja delegado nos respectivos elementos do Júri a faculdade de realização da audiência prévia dos concorrentes. -----

----- 3 - Seja alterado o valor estimado do presente concurso, para o valor anual de 140.000,00 € (cento e quarenta mil euros) com exclusão do IVA. -----

----- 4 - Seja alterado o código de classificação económica de despesas públicas, para o cabimento da despesa correspondente à Acção do Plano 05/03/A101/03, com a verba inscrita na rubrica orçamental 09.01/02.02.25. -----

----- 5 - Submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos, nos termos do n.º 6 do art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho. -----

----- 6 - Anular a Proposta de Lançamento do Concurso com o mesmo objecto, anteriormente aprovada em Reunião de Câmara.” -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, lembrou que há um ano colocaram ali várias questões sobre o hipotético desenvolvimento que teria a concessão a privados da manutenção e limpeza de áreas da cidade, tendo então sido dito que era uma área piloto e uma experiência, mas sem que alguém depois tivesse vindo falar da experiência, pelo que certamente não foi positiva. -----

----- Por outro lado, como também defenderam na altura, a concessão a privados não significava que houvesse qualidade de serviço, pelo contrário. Essa foi uma questão fundamental logo à partida, até por a própria fiscalização não era a melhor em relação às empresas que laboram nessas áreas. -----

----- A proposta, ao não especificar as áreas abrangidas pelo processo, admitia que, a partir de agora, pudesse ser tudo privatizado e concessionado aos privados. -----

----- Nesse aspecto, o PCP não concordava com a situação e gostaria de ver mais especificado e mais esclarecido todo o processo, visto tratar-se de um sector fundamental da Câmara, onde laboram milhares de trabalhadores. -----

----- E também aí havia que referir um aspecto muito importante, uma vez que ainda há pouco tempo foram retirados os subsídios de penosidade e salubridade aos trabalhadores desse sector, sector esse onde os trabalhadores têm um nível salarial muito baixo, onde havia grandes dificuldades de recrutamento era certo, mas tinham que entender que essa situação resultava de políticas do Governo, também e das Câmaras Municipais mas principalmente dos Governos, por não desenvolver todo um processo de qualificação das profissões operárias nos Municípios. -----

----- Não se tratava de uma questão de responsabilização de todos os que estiveram no processo, porque se havia dificuldades de recrutamento, se havia na Câmara Municipal uma grande falta de trabalhadores nesse sector, era preciso analisar se havia condições ou não para retomar um processo em que a própria Câmara deu, ao longo de décadas, provas de grande qualidade de trabalho e de grande produtividade. --

----- Terminou dizendo que essa foi uma questão sempre admitida por todos ao longo dos anos, e o que agora se propunha era um caminho contrário ao que o PCP pensava que deveria acontecer.-----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que o Bloco de Esquerda se manifestava contrário à proposta, em coerência com a posição que assumiu relativamente à privatização da prestação de serviços de higiene, manutenção e limpeza para a área do Parque das Nações. -----

----- Para o Bloco de Esquerda não havia razão para que um serviço com o carácter essencial e inclusivamente estratégico, viesse a ser privatizado, portanto prestado por entidades privadas. -----

----- Por isso, gostariam de saber as razões que levaram a Câmara a fazer esta proposta e que razões existiriam para que os serviços não pudessem ser dimensionados para prestar esse serviço. -----

----- Disse, a terminar, que seria perfeitamente contrário aos interesses dos cidadãos e das cidadãs de Lisboa que esse serviço fosse privatizado e, nesse sentido, o Bloco de Esquerda iria votar contra. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que estavam a ser feitas algumas confusões, até porque convinha saber os valores em causa quando se falava em privatizações de serviços e coisas do género. Estavam a falar de uma proposta que trataria de 140 mil euros por ano, e como em princípio teria que ser feito o lançamento de concurso internacional, este era para três ou quatro anos e daí a repartição de encargos. -----

----- Mas pedia que não considerassem isso como uma invenção sua, uma vez que apenas seguira os procedimentos que vinham de trás. No caso concreto era o Sr. Vereador Manuel Figueiredo que tinha a responsabilidade dessa área na Câmara e a única coisa que se fez foi o novo lançamento do concurso, visto que o anterior caducou, terminou o seu prazo e era necessário fazer o novo lançamento de concurso e a sua divisão tri-anual. Portanto, seguira apenas aquilo que achou que estava a ser bem feito no passado, nomeadamente pelo Sr. Vereador Manuel Figueiredo. -----

----- Era apenas disso que se tratava, uma especificidade de limpeza na zona do Parque Florestal de Monsanto, não estando os serviços da Câmara vocacionados para isso, visto não ser o seu trabalho normal e por isso no passado, e muito bem, o Sr. Vereador Manuel Figueiredo resolveu lançar o processo que agora continua. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, novamente no uso da palavra, quanto à explicação do Sr. Vereador de que seria apenas no Parque de Monsanto, leu o ponto 1 da deliberação: “...que seja alterada a denominação do presente concurso público internacional para fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da Cidade de Lisboa.”. -----

----- Portanto, tratava-se de abrir a possibilidade a todas as áreas de Lisboa, sem se especificar quais, e essa era a questão central que queria que o Sr. Vereador explicitasse. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que no passado sempre se fizeram contratos ou concursos públicos para a manutenção e conservação dos espaços do Parque Florestal de Monsanto, mas uma coisa era o que dizia o parágrafo 1 dos considerandos da proposta, onde se especificava claramente o Parque Florestal de Monsanto, outra coisa claramente diferente era o ponto 1 da deliberação, onde se referia “áreas dispersas da Cidade de Lisboa”. Ora, áreas dispersas da limpeza da Cidade de Lisboa, englobava a higiene urbana e globalmente a cidade. -----

----- Se o Sr. Vereador se dispusesse a alterar a proposta, no sentido de corrigir esse parágrafo, isso seria concertável com o que disse ao microfone, porque, doutra forma, haveria duplicidade na acção e duplicidade de intervenção em relação aos objectivos. -

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, novamente no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que toda a matéria dos jardins foi sempre foi tratada de forma separada da limpeza e higiene urbana. Agora estavam a tratar de uma situação em que podia haver algum contrato ainda existente fora de Monsanto, mas sendo certo que mais de 90% era em Monsanto. Podia haver uma área qualquer a ter que ser limpa na cidade sem ser pela higiene urbana e, segundo a informação dos serviços, foi sempre feito por estes contratos. -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém mais desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 479/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS/PP e PPM e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós queremos dizer que tudo fizemos para que a proposta ficasse de acordo com os princípios que no início se consideravam. No entanto, a Câmara Municipal de Lisboa optou por que este ponto 1 deixasse a porta aberta para a intervenção em toda a cidade. -----

----- Nós votamos contra a proposta e dizemos mais: consideramos que a Câmara Municipal de Lisboa, em relação aos espaços verdes da cidade, deveria era abrir concurso de admissão de jardineiros para desenvolver trabalho a nível da Câmara.” ---

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 23 de Setembro, em segunda reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 21 horas. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----

